UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAQUEL SANTOS FONTES

REDES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: NOVOS CAMINHOS PARA A CONEXÃO REGIONAL

SÃO CRISTÓVÃO
2021

RAQUEL SANTOS FONTES

REDES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: NOVOS CAMINHOS PARA A CONEXÃO REGIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand.

SÃO CRISTÓVÃO
2021

TERMO DE APROVAÇÃO

RAQUEL SANTOS FONTES

REDES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: NOVOS CAMINHOS PARA A CONEXÃO REGIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dra. Érica Cristina Alexandre Winand – Orientadora

_____

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco – Examinador (DRI/UFS)

_____

Prof. Dra. Lívia Peres Milani – Examinadora (San Tiago Dantas-UNESP/UNICAMP/PUC-SP)

São Cristóvão, 27 de julho de 2021.

Aos meus pais, por sempre embarcarem em meus sonhos e me mostrarem o poder transformador da educação.

AGRADECIMENTOS

À Deus e meus guias, por representarem para mim uma fonte de amor em tempos um tanto nebulosos.

Aos meus pais, Josefa e Etevaldo, por todo o carinho, incentivo e paciência. Como eu escutei desde a infância, a educação seria o maior presente que vocês poderiam me dar e, hoje, eu sou muito grata por estar realizando o sonho de me formar em Relações Internacionais. Sei que nos últimos meses eu não fui a pessoa mais fácil de se conviver, principalmente neste contexto ainda pandêmico, mas mesmo assim fui cercada por muito amor e compreensão. Mãe e pai, obrigada por tudo, sem o apoio de vocês eu não estaria aqui.

Ao meu irmão, Saymo, por acreditar no meu potencial, por todos os debates sobre política e por me incentivar a lutar por aquilo que acredito. Ao Dom, meu sobrinho e afilhado, que chegou para me mostrar um lado da vida mais paciente e que com apenas um sorriso me fazia esquecer das dificuldades deste último período. À minha cunhada, por ouvir as minhas histórias malucas nos almoços e me encorajar a seguir em frente. Aos meus tios, tias e dezenas de primas e primos, por todo amor e confiança depositados em mim durante as reuniões familiares ou ligações.

Aos meus professores, que desde a infância foram uma grande fonte de inspiração. Desde o CEPS, ao Atheneu, nos diversos cursos e durante a graduação eu estive cercada por seres humanos ímpares, que sempre estiveram dispostos a me ajudar, a responder todos os meus questionamentos mirabolantes e me instigaram a olhar para o mundo de maneira crítica. Meu agradecimento às professoras e professores do DRI, que me fizeram pensar nas relações internacionais além daquela caixinha tão tradicional.

Em particular, agradeço à Érica, minha orientadora e amiga, que me confiou um projeto de pesquisa quando eu não tinha experiência alguma e me acompanhou em um processo de amadurecimento ao longo dos anos seguintes. Professora, obrigada por toda a disposição em me orientar em uma área distinta da sua e por me fazer compreender as minhas individualidades durante o processo de escrita deste trabalho. À professora Flávia, que me recebeu de braços abertos na monitoria de LABSIN, agradeço por toda a paciência, disposição e todo o conhecimento compartilhado. Ao Thiago e Lívia, por todas as aulas e conversas nos corredores que me deixaram reflexiva durante semanas e pela disposição em avaliar esse trabalho. Também deixo registrado o meu muito obrigada aos outros professores que me acompanharam ao longo destes quatro anos: Corival, Rodrigo, Lucas, Geraldo, Edson, Renan, João Paulo e Bárbara.

À COPES, pela oportunidade das duas bolsas PIBIC-VOL, que me incentivaram a pesquisar temáticas tão importantes e são parte significativa da minha trajetória universitária.

Aos meus amigos da graduação, que tornaram a experiência muito mais leve e significativa. Ao Igor, por me abraçar com todo o carinho do mundo e ser a melhor dupla de trabalhos de todas. Obrigada por me entender mesmo nos dias mais difíceis e por topar ir até o outro lado da UFS só para me ajudar a resolver algo. À Ana, que transborda luz, amor e paciência, por me incentivar a olhar para a vida com mais leveza e acreditar mais em mim que eu mesma. À Letícia e Renatha, que fizeram parte da minha vida em momentos anteriores à universidade, mas que somente agora chegaram para ficar. Acredito que a maturidade de cada uma de nós foi essencial para a construção desse laço. À Midiã, por nossos debates, risadas e conversas compartilhadas no ônibus enquanto voltávamos para casa. À Dani, por me incentivar a abraçar o universo da pesquisa ainda nos primeiros períodos, por toda a parceria e por todas as conversas sobre livros clichês. À Dainara, quem eu conheci no dia da matrícula e guardo um carinho especial até hoje. À Jéssica, pelo acolhimento desde o primeiro dia de integração dos calouros e principalmente pela aproximação ao longo dos últimos períodos.

Aos meus amigos de infância, que estão ao meu lado desde as apresentações no colégio aos debates acalorados em nossos encontros anuais. Em especial o Alan, que me conhece desde sempre e mesmo com a distância consegue se fazer tão presente. Que todos os nossos sonhos possam se realizar. À minha segunda família ou melhor, *familYA*, que recebi através do Programa Jovens Embaixadores, por simplesmente existirem. Conquistar uma bolsa de intercâmbio foi a realização de um dos meus maiores sonhos, mas viver a experiência ao lado de cada um de vocês superou qualquer expectativa e me transformou completamente. Ao time ImpactaJovem Brasil, meu agradecimento sincero por todo o apoio e compreensão da minha ausência em alguns momentos deste ano. É um prazer lutar ao lado de vocês por uma educação mais democrática em nosso país.

Por fim, a minha gratidão a cada uma das mulheres da minha família, que eu tive o prazer de conhecer ou de apenas ouvir suas histórias, e a todas as outras mulheres que não fazem parte do meu seio familiar, mas que vieram antes de mim e lutaram para que eu pudesse ocupar este lugar. Também sou grata àquelas que continuam lutando no presente, fazendo com que outras mulheres criem asas e cruzem fronteiras. Vocês foram uma fonte de inspiração durante todo o processo de pesquisa, leitura e escrita destas páginas. Na realidade, vocês são uma fonte de inspiração para a minha vida. Saibam que essa conquista não é somente minha, mas de todas nós.

“To survive the Borderlands,
you must live *sin fronteras*,
be a crossroads”.

(Gloria E. Anzaldúa)

RESUMO

O feminismo transnacional surgiu como uma alternativa crítica ao feminismo global-internacional e suas tentativas de unificação do movimento. Apesar de ter suas representações teóricas introduzidas em países centrais, a maior parte dos estudos é proveniente de regiões comumente marginalizadas, como a América Latina. Nessa nova perspectiva, fatores como etnia, gênero, raça, sexualidade e localidade não são descartados, tornando-se elementos essenciais da análise. Paralelamente, a teoria e o ativismo se encontram, sendo representados através das redes feministas transnacionais que reúnem mulheres de diversos países com objetivos em comum. No entanto, mesmo que a expressão das organizações e movimentos sejam evidentes, a temática ainda é pouco explorada na academia de Relações Internacionais. Por essa razão, o presente trabalho tem o objetivo de sintetizar as principais contribuições teóricas desenvolvidas sobre o feminismo transnacional até o momento e identificar as principais redes feministas transnacionais na América Latina, observando o seu impacto na promoção de uma renovada conexão regional. Será destacada, especialmente, a atuação da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (REPEM LAC), que trabalha há 40 anos na região promovendo uma educação popular feminista. Tais atividades serão consideradas como ferramentas para a transformação social e consolidação de diálogos mais inclusivos.

Palavras-chave: América Latina; Feminismo Transnacional; Feminismos; Redes Feministas.

ABSTRACT

Transnational feminism emerged as a critical alternative to global-international feminism and its attempts to unify the movement. Despite having their theoretical representations introduced in North America and Europe, most studies come from commonly marginalized regions, such as Latin America. Factors such as ethnicity, gender, race, sexuality, and location are not discarded in this new perspective, becoming essential elements of the analysis. At the same time, theory and activism meet, represented through transnational feminist networks that bring together women from different countries with common goals. Nevertheless, even if the expression of organizations and movements are evident, the theme is still little explored in the International Relations academy. For this reason, this study aims to synthesize the main theoretical contributions developed on transnational feminism and to identify the main transnational feminist networks in Latin America, observing their impact on promoting a renewed regional connection. The role of the "Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe" (REPEM LAC), that has worked for 40 years in the region promoting a popular feminist education, will be highlighted. Such activities will be considered tools for social transformation and the consolidation of more inclusive dialogues.

Keywords: Latin America; Transnational Feminism; Feminisms; Feminist Networks.

RESUMEN

El feminismo transnacional surgió como una alternativa crítica al feminismo global-internacional y sus intentos de unificar el movimiento. A pesar de haber introducido sus representaciones teóricas en países centrales, la mayoría de los estudios provienen de regiones comúnmente marginadas, como América Latina. En esta nueva perspectiva, se descartan factores como la etnia, el género, la raza, la sexualidad y la localidad, convirtiéndose en elementos esenciales del análisis. Al mismo tiempo, teoría y activismo se encuentran representados a través de redes feministas transnacionales que reúnen a mujeres de diferentes países con objetivos comunes. Sin embargo, incluso si la expresión de organizaciones y movimientos es evidente, el tema aún es poco explorado en la academia de Relaciones Internacionales. Por ello, este trabajo tiene como objetivo sintetizar los principales aportes teóricos desarrollados hasta el momento sobre el feminismo transnacional e identificar las principales redes feministas transnacionales en América Latina, observando su impacto en la promoción de una renovada conexión regional. Se destacará en particular el rol de la Red de Educación Popular entre Mujeres en América Latina y Caribe (REPEM LAC), que lleva 40 años trabajando en la región impulsando una educación popular feminista. Tales actividades serán consideradas como herramientas para la transformación social y la consolidación de diálogos más inclusivos.

Palabras claves: América Latina; Feminismo Transnacional; Feminismos; Redes Feministas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de Ação Coletiva Transnacional.....34

Quadro 2 – Os Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos.....40

Quadro 3 – Redes Feministas Transnacionais na América Latina.....50

Quadro 4 – Associações vinculadas à REPEM LAC.....54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFM	Articulação Feminista do Mercosul (Articulación Feminista Marcosur)
ARF	Articulação Regional Feminista pelos Direitos Humanos e Justiça de Gênero (Articulación Regional Feminista por los Derechos Humanos y la Justicia de Género)
AWID	Associação pelos Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (Association for Women's Rights in Development)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLADEM	Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de las Mujeres)
CSW	Comissão sobre a Situação das Mulheres (Commission on the Status of Women)
DAWN	Alternativas de Desenvolvimento com Mulheres por uma Nova Era (Development Alternatives with Women for a New Era)
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EFLAC	Encontro Feminista Latino-Americano e Caribe (Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe)
FMM	Fórum Mulheres Mercosul (Foro de Mujeres del Mercosur)
FMS	Fundo de Mulheres do Sul (Fondo de Mujeres del Sur)
FSM	Fórum Social Mundial
ICAE	Conselho Internacional para a Educação Adulta (International Council for Adult Education)

OI	Organização Internacional
OIG	Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
REMTE	Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía)
REPEM ou REPEM LAC	Rede de Educação Popular Entre Mulheres da América Latina e do Caribe (Red de Educación Popular Entre Mujeres de América Latina y el Caribe)
RLCVG	Rede Latino-Americana Contra a Violência de Gênero (Red Latinoamericana contra la Violencia de Género)
RMAAD	Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e Diáspora (Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora)
RSMLAC	Rede Feminista de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe (Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe)
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1. FEMINISMOS E TRANSNACIONALIDADE 20

1.1. O feminismo transnacional 24

1.2. Feminismo transnacional na América Latina: uma articulação a partir das margens 28

2. AÇÕES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS: O ATIVISMO ALÉM DAS FRONTEIRAS 32

2.1. Considerações analíticas: categorias e características 32

2.2. As ações feministas transnacionais na América Latina: agendas, categorias e objetivos 35

3. UMA OBSERVAÇÃO PROFUNDA PELAS LENTES DA EDUCAÇÃO: O TRABALHO DA REPEM LAC 53

3.1. Áreas estratégicas de atuação como caminhos para a transformação 55

3.2. O impacto da rede 62

CONSIDERAÇÕES FINAIS 64

REFERÊNCIAS 67

INTRODUÇÃO

O movimento feminista recebeu tal nomenclatura no início do século XIX, sendo compreendido como uma ferramenta de provocação das sociedades capitalistas e patriarcais do período, que suprimiam os direitos das mulheres estabelecendo um conjunto de normas assimétricas centradas em uma figura masculina. Com o passar dos anos, passou a atingir diferentes camadas sociais, conquistando seu espaço na academia e também nas ruas. A teoria feminista chegou ao campo de Relações Internacionais, a partir do final da década de 1980, mais tardiamente que em outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, e encara desafios até os dias atuais. Suas representantes, teóricas e ativistas, engajaram-se na vertente teórica como forma de desafiar as bases que tradicionalmente fundamentam o campo (TICKNER, 2001).

Halliday (2007) e Tickner (2001), por exemplo, destacam que um dos maiores erros do pensamento convencional foi presumir que as mulheres simplesmente não faziam parte das relações internacionais e que estavam ausentes na arena internacional. Em realidade, elas sempre estiveram presentes, mas a estrutura altamente masculinizada não dava a devida importância para as questões de gênero e ocultava as agendas propostas pelo feminismo. Enquanto a maior parte dos autores centrava as relações internacionais apenas nas *high politics* – esferas de segurança, política e economia – o movimento feminista passou a demonstrar como o gênero já estava inserido na teoria e prática do campo (HALLIDAY, 2007; ENLOE, 2014; TICKNER, 2001).

Como enfatizam Peterson e Runyan (2014), adotar as "lentes de gênero"[1] faz com que seja possível olhar para as relações internacionais e para a política internacional de modo distinto. Foi assim que, no período inicial, as feministas atuaram de modo a sugerir uma reformulação das teorias, apontando a necessidade de adequá-las ao contexto político vigente como categoria analítica; e agregaram posteriormente questões como a invisibilidade de mulheres e a subordinação de ordem político-econômica (TICKNER; SJOBERG, 2013). Apesar dos entraves na própria estrutura do campo de Relações Internacionais, a literatura convencional feminista da área foi capaz de conquistar o seu espaço ao longo das últimas décadas.

[1] A própria noção de "lentes de gênero" engloba diversos elementos. Como destaca Butler (2003), o gênero é performatividade, a compreensão de que possuímos atributos *flutuante*s, que representam o gênero a partir do que somos e não das normas vigentes em uma sociedade. Nesse sentido, adotar lentes de gênero não significa trabalhar apenas no binarismo homem-mulher, mas também oferecer significados e representações que vão muito além de uma lógica dicotômica. O presente trabalho discute as lentes de gênero conectadas aos feminismos, especificamente em uma perspectiva feminista transnacional. Sua importância é destacada na medida em que suas interpretações críticas questionam o pensamento dominante de Relações Internacionais (HALLIDAY, 2007).

Entretanto, a abordagem vigente e mais consolidada – nas Relações Internacionais e no campo da teoria feminista – ainda deixa de lado *os feminismos*, no plural. A perspectiva norte-americana e europeia, apesar de trazer temáticas de suma importância para espaços comumente patriarcais, acabam por deixar de lado grupos marginalizados que possuem narrativas e demandas diferentes. Associado ao Norte Global, o movimento feminista passou a ser identificado como uma corrente branca e elitista (ENNS: DÍAZ: DAVIS, 2020). As lacunas existentes chamaram a atenção para a necessidade de adesão de grupos que não faziam parte destas estruturas mais tradicionais. Isso era intensificado quando se tratava da esfera internacional, marcada por feminismos globais e internacionais, que restringiam todas as mulheres a uma só categoria.

Os feminismos latino-americanos, por exemplo, surgem como um movimento teórico-ativista, que destaca a multiplicidade das mulheres e meninas dessa região, das formas de opressão vivenciadas diariamente e, ainda, sugerem propostas que observam a interseccionalidade[2] de modo a favorecer a emancipação destas (CAROSIO, 2012). Não se trata, portanto, de inserir todas as mulheres em um modelo único de resistência, mas de compreender diferenças e similaridades de modo a fortalecer a luta feminista. Através dessa nova lógica anti-hegemônica e plural, a corrente feminista transnacional conquistou o seu espaço na região.

Mesmo desenvolvido em um espaço acadêmico hegemônico, o transnacionalismo foi aderido por mulheres do Sul Global de modo a fortalecer sua luta e espaços de debate estrategicamente, gerando conexões além dos espaços fronteiriços de seus Estados e que valorizava as diferenças de cada uma delas. As articulações feministas transnacionais têm sido cada vez mais notáveis, tornando-se parte das narrativas teóricas e ações de ativistas. Como destacam Lao-Montes e Buggs (2014),

> Além de fornecer uma crítica poderosa do feminismo branco hegemônico de classe média e seus fundamentos e sensibilidades imperialistas, esses feminismos [em referência aos feminismos transnacionais, multiculturais ou terceiro-mundistas] enfatizaram a importância simultânea de compreender as bases históricas da colonialidade atual e do capitalismo global. Eles também insistiram em análises interseccionais como cruciais para o projeto de teorizar e conceituar questões de raça, gênero, identidades culturais e a experiência da diáspora (p. 387, *tradução da autora*).

No entanto, os feminismos transnacionais ainda são pouco explorados dentro da academia, especialmente nas Relações Internacionais. Destaca-se, nesse sentido, a importância

[2] Uma visão interseccional dentro do feminismo e em outras esferas sociais diz respeito a percepção sobre dois ou mais elementos da identidade que geram estruturas discriminatórias e opressivas, são exemplos: raça, sexo, sexualidade e nacionalidade (CREENSHAW, 2002).

de estudar tal temática, compreendendo desde sua teoria até a práxis da corrente. Em especial, a sua importância para a América Latina, região que busca construir uma identidade feminista própria (VARGAS, 2002) e que vem se destacando por representações nas esferas extraoficiais, essencialmente nas chamadas “redes feministas transnacionais”. Esses grupos costumam aparecer na literatura de diversas formas. No presente trabalho, eles serão nomeados redes feministas transnacionais ou ações feministas transnacionais, uma vez que aquelas assumem características mais inclusivas no formato de atividades que podem ser desenvolvidas.

As ações feministas transnacionais reúnem participantes ou organizações de dois ou mais países em torno de agendas comuns, facilitando o intercâmbio de ideias, histórias e contribuindo paralelamente com mudanças sociais em seus países ou na região como um todo. Nos dias atuais, essas redes se unem em busca da criação de alianças e consolidação dos seus objetivos. Sua atuação é reforçada por inovações tecnológicas, que contribuem para o estabelecimento de conexões que ultrapassam as esferas nacionais.

Uma vez que esses grupos se organizam através das margens, descentralizando debates essenciais dos grandes centros de poder, há uma tentativa de silenciamento do seu trabalho por parte dos Estados e grandes corporações. Como mostra Enloe (2014), mesmo com um número crescente de redes, seu trabalho é menosprezado por uma variedade de motivos: a tentativa de enquadrar os temas e indivíduos em um sentido amplo sem observar distinções específicas, a desconsideração do papel das redes feministas transnacionais através da caracterização destas como atípicas e a falta de abertura aos debates propostos nas esferas feministas dentro das arenas internacionais.

Desde 1981, as ações feministas transnacionais assumiram uma presença marcante na América Latina, multiplicando-se ao longo dos anos seguintes. Apesar da sua existência e atuação, não existe um material documental que reúna em si o maior número de redes, e informações sobre a localização daquelas e suas principais características. Existe, sim, uma apresentação pontual sobre algumas delas através de temáticas específicas, mas a exposição sobre o conjunto dessas articulações ainda é difusa.

A temática possui implicações que transcendem o campo estritamente acadêmico. O trabalho das redes transnacionais, como já mostrado, vai além da teoria e se representa também pelo ativismo. Identificar as redes atuantes no momento é um passo essencial para que estas sejam reconhecidas e que suas pautas recebam uma consideração adequada. As principais temáticas trabalhadas por esses grupos se resumem às violências contra as mulheres, educação, economia e defesa de direitos. Um recente exemplo da crescente importância destas redes está na descriminalização do aborto na Argentina.

Através do movimento *Ni Una Menos*, que se articulou inicialmente após o brutal assassinato de Chiara Paez por seu namorado, as ruas do país foram tomadas por mulheres que reivindicavam seus direitos e se apresentavam como uma resistência ao que estava ocorrendo (SOUZA, 2019). Em pouco tempo, outros coletivos do movimento foram estabelecidos no Uruguai e Chile, unindo as participantes em uma esfera – geográfica e política – muito maior. A união tomou as redes sociais e as ruas em diversos episódios, tendo como uma das principais pautas a legalização do aborto. Foi assim que, em dezembro de 2020, o Senado Argentino aprovou a lei Nº 27.610, que garante à mulher o direito ao aborto de forma segura, legal e gratuita (GOBIERNO DE ARGENTINA, 2021).

A temática da educação de meninas e mulheres também é central para a região, sendo trabalhada de forma ampla por diversas Organizações Internacionais e Estados. De fato, houve um avanço significativo no acesso à educação ao longo das duas últimas décadas (CLADEM, 2020). Apesar disso, movimentos sociais e redes transnacionais chamam a atenção para a adoção de agendas globais, que não são adequadas para solucionar as problemáticas em níveis regionais ou nacionais. Ainda, reiteram a importância de fatores que vão além dos números observados em relatórios oficiais, a exemplo da implementação de sistemas educacionais não-sexistas, que contribuam para a redução de outras fragilidades. Os avanços podem ser animadores, mas ainda não são suficientes.

Levando em conta estes elementos, o presente trabalho busca apresentar um panorama inicial sobre a consolidação dos feminismos transnacionais, especialmente na América Latina, identificando suas principais representações e demonstrando os avanços teóricos que podem surgir através dessa corrente para o campo das Relações Internacionais. De modo exploratório, a pesquisa encaminha-se para promover maior reconhecimento ao tema, permitindo a investigação de diversas perspectivas inseridas nele (PRODANOV; FREITAS, 2013). Os objetivos centrais são a apresentação das contribuições teóricas de uma corrente feminista transnacional, bem como as críticas agregadas a estas e, ainda, a observação de redes feministas transnacionais na América Latina, buscando identificá-las como ferramentas para a conexão regional e transformação social.

Para apresentar um panorama inicial sobre os feminismos transnacionais e suas representações na América Latina, serão adotados dois procedimentos qualitativos: a revisão bibliográfica das principais autoras da corrente feminista transnacional e o levantamento documental de sites e documentos divulgados através das redes transnacionais. Desse modo, o primeiro capítulo possui um aporte teórico mais denso, enquanto o segundo e terceiro são mais descritivos. A abordagem foi necessária na medida em que informações sobre o caráter

individual das redes ainda são dispersas e restritas a trabalhos específicos. O mapeamento aqui apresentado, que destaca as características substanciais das ações transnacionais latino-americanas, poderá ser utilizado para pesquisas mais profundas.

Assim, o primeiro capítulo será dedicado a uma apresentação basilar sobre os feminismos, a perspectiva transnacional e suas influências na região latino-americana. Em seguida, o capítulo 2 combina as principais categorias analíticas das ações feministas transnacionais com um amplo mapeamento acerca das redes em atividade. O levantamento busca não somente identificá-las, mas também observar os países em que estão inseridas, suas principais agendas e objetivos.

Por fim, o capítulo 3, oferece um olhar profundo para uma das mais antigas redes transnacionais da região, a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe (REPEM LAC). Centrada em uma perspectiva de educação popular feminista, a atuação da REPEM serve como ferramenta para demonstrar as formas como as ações dessas articulações feministas podem abrir novos caminhos para a conexão regional e mudança social, promovendo diálogos mais inclusivos e dando voz para grupos que, por tanto tempo, foram oprimidos.

Ademais, o tema central da Rede cumpre um papel singular. Qualquer temática trabalhada nas ações feministas transnacionais é de suma importância, mas a educação assume o papel de transformação de base na articulação desses movimentos. Como propôs Paulo Freire (2006), educar exige a compreensão de que a educação, por si só, é uma forma de transformação do mundo, que demanda o respeito ao ser e a crença de que a mudança é possível. O poder dessa ferramenta gera a transmutação estrutural de uma sociedade, que se feita de modo a libertar amplamente e sem distinções seus indivíduos, promove a emancipação de todas as gerações seguintes.

Nesse sentido, o trabalho deverá servir como ferramenta para delinear novos caminhos que promovam a transformação regional. Fornecendo um conteúdo mais denso sobre os feminismos transnacionais, seus diálogos na América Latina e reconhecendo a importância da atuação dessas redes. Busca-se, portanto, demonstrar como o movimento de ir além das fronteiras – fisicamente ou não – e de representar a pluralidade de mulheres pode ser benéfico.

1. FEMINISMOS E TRANSNACIONALIDADE

O feminismo emergiu a partir de 1800, com a ascensão do capitalismo e desenvolvimento industrial na Europa e América do Norte (FREEDMAN, 2002). Após algumas décadas, o movimento e seus ideais basilares foram espalhados em regiões menos centrais como a América Latina, o Oriente Médio e a Ásia. A consolidação do feminismo neste espaço-tempo não significa, de modo algum, que não existiam organizações femininas anteriores dedicadas à conquista de direitos para as mulheres. O movimento se desenvolveu em três grandes ondas desde o seu surgimento e atualmente há um debate efervescente sobre a possível eclosão de uma "quarta onda"[3]. Há, ainda, uma crítica por parte de pensadoras sobre a definição estrita acerca do período de início ou fim de cada uma delas (HEMMINGS, 2009), mas a grande maioria das teóricas opta por manter as noções sobre "ondas", de modo a definir uma linearidade ao pensamento feminista.

As escritoras foram essenciais para lançar provocações às sociedades tradicionais. Registros anteriores ao século XVII mostram que na Grã-Bretanha as mulheres passaram a publicar textos questionando as noções paternalistas de inferioridade feminina; na Suécia houve um clamor sobre os direitos das mulheres no matrimônio que refletiu na readequação do Código Civil do país em 1734; e os salões franceses – que logo se espalharam por toda a Europa – se tornaram um espaço para a formação de intelectuais e realização de debates entre mulheres (O LIVRO DO FEMINISMO, 2019).

Com o seu desenvolvimento, o movimento não se restringiu nas camadas mais favorecidas da sociedade e passou a tomar seu lugar nas ruas. A dinâmica entre os feminismos enquanto movimento social e sua composição teórico-acadêmica gera uma série de debates até os dias de hoje. Pedro e Barletto (2019) discutem a temática e identificam que "há uma relação de tensão e colaboração entre academia e movimento de mulheres e feminista" (p. 11). Ao passo

[3] A primeira onda do feminismo se inicia no século XIX seguindo até a década de 1920, influenciada pelo sufragismo, pautou-se na luta das mulheres – majoritariamente brancas – em busca da garantia do seu direito ao voto, à educação e à igualdade no matrimônio. São as principais autoras: Mary Wollstonecraft, Sojourner Truth, Flora Tristán, Nísia Floresta e Bertha Lutz. Já a segunda onda começou a se delinear em meados de 1945, sendo estabelecida no período entre 1960 – 1980 e trabalhando as temáticas de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Se iniciou nos mesmos locais da primeira onda, ganhando proeminência na América Latina e África. As principais representantes são: Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Germaine Greer. A terceira onda foi introduzida em 1980 e, se considerada a existência de uma quarta onda, se encerrou no ano de 2011. Destacou a ação política e teórica do feminismo negro e importância de mulheres comumente excluída nas ondas anteriores. Kimberlé Crenshaw, Judith Butler, Angela Davis, bell hooks, Rebecca Walker e Patricia Hill Collins são os principais nomes do movimento nesse período. O crescimento do uso de redes sociais e novas tecnologias teriam contribuído para a emergência da quarta onda do feminismo no ano de 2012. Chimamanda Ngozi Adichie, Laura Bates e Djamila Ribeiro seriam nomes de destaque (O LIVRO DO FEMINISMO, 2019). Ver: Freedman (2002), Davis (2016) e hooks (2020).

que as feministas que fazem parte do movimento criticam aquelas que compõem a academia, alegando que o último grupo se beneficia através daquilo que produzem sobre os feminismos, os dois lados dessa relação se retroalimentam. Na medida em que os movimentos são notavelmente significativos para o campo teórico, sendo o objeto central dos estudos, a militância não acadêmica encontra na teoria mecanismos que legitimam a sua luta e fortalecem seus argumentos (PEDRO; BARLETTO, 2019).

Com o objetivo de transcendência e apesar dos incansáveis debates dentro do seu próprio universo, a luta feminista requer a união das duas esferas aqui destacadas. Alvarez (1998) centralizando seu olhar aos feminismos latino-americanos, por exemplo, sugere a substituição do termo movimento social por "campo feminista", para que se combinem tanto as ações feministas, encontradas nas ruas e grupos de resistência, quanto a esfera discursiva que pensa temáticas políticas interconectando teoria e prática.

Há, também, autoras que propõem a utilização da educação popular como uma ferramenta de fortalecimento, que "[...] considera a prática social imediata das pessoas como ponto de partida dos processos pedagógicos. Propõe-se ir do conhecido, imediato, concreto, ao desconhecido, complexo, para daí poder abstrair, teorizando a partir das práticas" (KOROL, 2016, p. 79, *tradução da autora*). Nessa perspectiva, reafirma Korol (2016), a conexão entre educação popular e o ativismo político fortalecem a criação de ferramentas que contribuem para a mudança na sociedade.

O termo feminismo foi cunhado na França, no ano de 1837, pelo filósofo Charles Fourier[4]. Contudo, a consolidação de uma palavra que carregava consigo os preceitos da luta feminista não significava sua aceitação e livre utilização. De acordo com Freedman (2002), em torno dessa questão existiram debates sobre uma possível associação com radicalismos e a inclusão de um grupo seleto de mulheres, brancas e parte da elite. Tal discussão não permaneceu nos países em que o movimento aflorou, recebendo um destaque ainda maior naqueles considerados marginalizados. Houve uma resistência significativa quanto ao uso do termo, com traços vistos ainda no presente, por parte das mulheres da Ásia, África, América Latina e até da Oceania. Além das questões sensíveis já tratadas, estes grupos não se sentiam representados pelo conceito.

[4] O termo *féminisme* passou a ser utilizado para a agregar duas palavras: *"femme"*, que significa mulher em francês, e o sufixo "*–isme"* para descrever uma ideologia política ou movimento social (FREEDMAN, 2002). Nesse sentido, passou a ser aplicado ainda no século XIX para definir "um movimento que tinha como objetivo conquistar igualdade social, econômica e legal entre os sexos, e terminar com o sexismo e a opressão às mulheres pelos homens" (O LIVRO DO FEMINISMO, 2019).

Somente nas últimas décadas que a expressão passou por uma readequação, de modo a se popularizar e abordar as diversidades da luta. Assim, é possível compreender que diversas partes compõem aquilo que tradicionalmente conhecemos por "feminismo". É por conta da multiplicidade inerente ao tempo, às pessoas envolvidas, ao movimento geracional e às batalhas, que diversas teóricas e ativistas advogam pelo uso do termo no plural: feminismos. Logo, não se fala sobre algo unificado, mas acerca de diferentes experiências que culminam em uma grande luta. São algumas representações dos feminismos: marxista, liberal, anarcofeminismo, islâmico, ecofeminismo, trans, interseccional, anticapitalista e o transnacional. Este último será o componente central do presente trabalho.

O conceito de transnacionalidade por si só merece destaque. Fernandes (2013) demonstra que um dos principais papéis dessa abordagem é, precisamente, o de desafiar as narrativas já consolidadas sobre o mundo, as formas dominantes do conhecimento, a globalização e o papel dos Estados, colocando luz sobre fenômenos que atravessam fronteiras. O presente trabalho, por sua vez, não busca se concentrar apenas na figura do Estado quando fala sobre ultrapassar barreiras geográficas, econômicas, políticas e sociais. Há um intuito, na realidade, de mostrar o papel da sociedade civil nessa dinâmica, destacando o protagonismo das redes feministas transnacionais. Essa noção se justifica na medida em que no universo de pesquisas sobre a temática, as noções tradicionais de nacionalismo são criticadas, uma vez que a concepção do Estado-nação passa a ser considerada retrógrada (FERNANDES, 2013).

Uma abordagem feminista transnacional busca destacar quais são as diferentes opressões vividas por mulheres ao redor do mundo, encarando as diferenças e propondo soluções de fortalecimento. A organização entre ativistas e teóricas pode ser diversa – local, regional e até mesmo global – e centralizada na conexão de mulheres de vários países em torno de questões políticas, econômicas, sociais e culturais (MOGHADAM, 2005). Apesar disso, é importante perceber que, fora de perspectivas críticas, o transnacionalismo também pode ser utilizado para fazer movimentos contrários aos que serão aqui apresentados. A exemplo movimentos políticos de grupos de extrema-direita.

Pensando em questões de localidade, como acima mencionado, a região da América Latina recebe um papel central neste trabalho. Há um interesse, portanto, em desvendar como os grupos colaboram para a construção de um espaço de libertação, garantia de direitos e equidade. Os feminismos latino-americanos são destacados pelo seu ativismo crítico, consolidado principalmente nos períodos de redemocratização entre 1980 e 1990, tornando-se um campo "heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico" (ALVAREZ, 1998, p. 265, *tradução da autora*). Reafirma a intelectual,

> Em outras palavras, os espaços onde as mulheres que se dizem feministas atuam ou podem atuar se multiplicaram - o que não é mais apenas nas ruas, nos coletivos de autorreflexão autônomos, nas oficinas de educação popular, etc (embora as feministas ainda estejam nesses espaços), mas também em sindicatos, movimentos estudantis, partidos, parlamentos, corredores da ONU, nos labirintos da academia, nas redes formais e informais de organizações não governamentais especializadas e profissionalizadas, na mídia, no ciberespaço, etc (ALVAREZ, 1998, p. 265-266, *tradução da autora*).

Gonzalez (2020), apesar de não partir de uma lógica feminista transnacional, discute a importância da consolidação de um feminismo afro-latino-americano. A pensadora possui um pensamento crítico às noções do feminismo que excluem questões raciais de suas agendas e demandas. Aqui, não basta direcionar o olhar apenas para a violenta estrutura do patriarcado, também é necessário ir além, visualizando mais profundamente o sistema racista enraizado na sociedade. A história da região, marcada por uma violenta estratégia de conquista territorial, demanda que as lutas feministas, antirracistas e dos povos originários estejam interconectadas para que se fortaleçam (GONZALEZ, 2020).

Logo, se os feminismos já são considerados plurais, na América Latina essa característica é intensificada em outros níveis. Os *Encuentros* ou Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos iniciados a partir de 1981, por exemplo, tornaram-se um local central para discussão das temáticas importantes em âmbito regional e determinantes para o movimento na contemporaneidade (VARGAS, 2002). Apesar deste recorte, as observações teórico-analíticas aqui feitas podem servir de parâmetro para observação de qualquer outra localidade desejada, especialmente para locais comumente marginalizados.

Uma das grandes representações do feminismo transnacional é encontrada nas redes feministas transnacionais, estas também são diversas e representam uma estrutura que une participantes de inúmeros países em torno de agendas ou temáticas em comum (economia, saúde, justiça, entre outras), defendendo a participação e os direitos das mulheres (MOGHADAM, 2005). A noção de "agendas em comum" não significa, de modo algum, que as problemáticas tratadas sejam as mesmas, apenas localizam um espaço de encontro, compartilhamento e reforço de uma luta que atinge várias esferas e indivíduos.

Existem várias formas de observar as articulações transnacionais (BRINGEL; FALERO, 2008; KECK, SIKKINK, 1998; DEMPSEY; PARKER; KRONE, 2011). Khagram, Riker e Sikkink (2002) não centram seu trabalho em uma perspectiva feminista, mas apresentam as redes transnacionais como uma forma de *ação coletiva transnacional* que, ao propor uma agenda e desenvolver suas atividades, tem a capacidade de criar demandas e até mudanças nos níveis doméstico e internacional. Os autores diferenciam as ações coletivas transnacionais em: Organizações Não-Governamentais Internacionais ou Transnacionais, Redes Transnacionais de

Defesa de Direitos (ou *Advocacy*), Coalizões Transnacionais e Movimentos Sociais Transnacionais[5]. Apesar dessa possibilidade de caracterização, algumas teóricas optam por concentrar as modalidades propostas anteriormente na categoria única de redes feministas transnacionais (MOGHADAM, 2005).

1.1. O feminismo transnacional

As primeiras expressões dos feminismos transnacionais são vistas no período entre 1980 e 1990, buscando oferecer um panorama crítico sobre o cenário crescente de "globalização" e seus impactos, além de se apresentar como uma nova forma de abordar o feminismo global-internacional, principalmente no que diz respeito ao conceito de *global sisterhood* ou "irmandade global" (FERNANDES, 2013). Para autoras da corrente transnacional, a perspectiva da irmandade é dotada de uma romantização dos tópicos que concernem ao feminismo e da tentativa de enquadramento das mulheres em uma categorização nada plural (ENNS; DÍAZ, DAVIS, 2020).

A corrente global-internacional, por sua vez, passou a ser percebida nos debates de mulheres europeias e estadunidenses a partir de 1840, se consolidando com a criação de organizações voltadas para o engajamento de feministas em nível internacional em 1880 (FREEDMAN, 2002). Já a noção de irmandade global passou a fazer parte dos discursos feministas e de grandes Organizações Internacionais – a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) – a partir da década de 1990. Os discursos da vertente buscavam uniformizar os debates e diálogos do feminismo, agregando mulheres com diferentes vivências ao movimento.

No entanto, a medida em que incorporavam diferentes pontos de partida nos encontros e convenções internacionais, reduziam as experiências delas em imagens únicas. Enquanto o ponto de partida das falas continuava sendo os grandes centros, aquelas que não faziam parte destas esferas deveriam assumir – e aceitar – sua posição de subordinação. Apesar do intuito em agregar as experiências para consolidação de agendas mais fortalecidas, a perspectiva foi alvo de diversas críticas por sua falta de pluralidade e sensibilidade. O feminismo transnacional nasceu, assim, como uma resposta teórica que lançava críticas à noção de feminismo global.

Conceituando a nível basilar, a corrente transnacional pode ser compreendida como "a teoria e ativismo que examina as formas como a globalização e o capitalismo afetam e enfraquecem as pessoas de todos os gêneros sexualidades, nações, raças e classes" (O LIVRO

[5] Tradução livre dos termos em inglês: *international nongovernmental organizations* ou *transnational nongovernmental organizations*; *transnational advocacy networks*, *transnational coalitions* e *transnational social movements*, respectivamente (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002).

DO FEMINISMO, 2019, p. 339). Estão como principais características da vertente: valorizar e respeitar as diferenças, reconhecer o impacto das potências globais e principalmente do capitalismo na vida de pessoas que não compõem o "centro", dar espaços para mulheres provenientes de regiões comumente marginalizadas, além da adoção de um posicionamento anti-hegemônico e antipluralista (ENNS; DÍAZ; DAVIS, 2020).

Aponta Freedman (2002),

> A criação de um movimento transnacional de mulheres exige que as feministas superem os legados do colonialismo. Essa tarefa desafiadora significa alcançar outras culturas sem impor noções ocidentais de superioridade e reconhecer as múltiplas formas que a injustiça e a emancipação podem assumir (p. 112, *tradução da autora*).

Como destacam Enns, Díaz e Davis (2020), os feminismos transnacionais vão além dos próprios limites fronteiriços dos Estados. Servem para destacar uma diversidade de experiências, a interseccionalidade, as desigualdades, opressões e privilégios, construindo um espaço para que a teoria e o ativismo trabalhem em conjunto. Nessa abordagem, elementos como etnia, raça, gênero, sexualidade, classe, localidade e história estão interconectados. As novas tecnologias e os níveis de engajamento de movimentos político-culturais também contribuem para a consolidação das redes e alianças transnacionais (GREWAL; KAPLAN, 2006).

Apesar de ter emergido na academia norte-americana (SWARR; NAGAR, 2010), grande parte dos estudos sobre os feminismos em perspectivas transnacionais na atualidade, são voltados para o Sul Global, para os países que comumente estiveram nas margens. Nesse sentido, diz Freedman (2002) que ao olhar para as particularidades como nacionalidade, classe, raça e religião, "as mulheres no mundo em desenvolvimento descobriram que os movimentos feministas transnacionais podem ajudar a estabelecer um apoio internacional estratégico para seus esforços em casa" (p. 3, *tradução da autora*).

As obras de Grewal e Kaplan (1994) bem como de Alexander e Mohanty (1997) são reconhecidas como precursoras da teorização do feminismo transnacional. Em *Scattered Hegemonies* (1994), o termo "feminismo transnacional" foi introduzido de forma alternativa ao feminismo global-internacional e às noções de superioridade do Ocidente invariavelmente sustentadas pela irmandade global. As autoras utilizam de uma abordagem pós-moderna para trabalhar o tema, sem ignorar as diferenças individuais, mas com o intuito de construir alianças feministas. Nesse sentido, elas sugerem um olhar diferente para as concepções de pós-modernidade, indo além dos aspectos teórico-metodológicos tradicionalmente conhecidos.

Grewal e Kaplan (1994) desenvolvem suas considerações com base em uma análise crítica das formas como a *cultura da modernidade* – não em sentido estrito, mas levando em conta aspectos sociais, políticos e econômicos – seria construída, disseminada ou até mesmo comercializada no período contemporâneo. Desse modo, alegam que o feminismo transnacional adere diversas teorias em si próprio, indo contra a convenção de que existiria uma única teoria global a ser seguida.

Em uma obra posterior as autoras apontam que, nos momentos anteriores à consolidação de uma vertente feminista transnacional, as questões sobre mulheres no nível internacional eram tratadas de duas formas principais: a tentativa de criar semelhanças entre elas – a partir da noção previamente discutida sobre irmandade global – e no estabelecimento de uma hierarquia entre culturas consideradas "modernas" e "arcaicas" (GREWAL; KAPLAN, 2006). Essa última, talvez mais preocupante que a noção de *sisterhood*, tentava argumentar que países ainda em desenvolvimento estariam fadados a pobreza, desigualdades de educação, gênero e saúde por não se modernizarem de acordo com os padrões ocidentais. Além da perspectiva diminuir um país ou região, havia uma tentativa de apagamento das desigualdades provocadas pelos períodos de colonização e dominação.

Já a obra *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures* (1997), de Alexander e Mohanty, tem como pretensão oferecer uma visão divergente da liberal-pluralista comumente associada aos estudos sobre feminismo. Tal noção, nascida na academia estadunidense, reflete as formas como a temática de gênero foi inicialmente compreendida por estudiosas. Nessa perspectiva estariam incluídos apenas os escritos de teóricas privilegiadas: brancas e de um país central, que apesar de defenderem a luta feminista, acabam por reafirmar a hegemonia de uma única localidade. Buscando repensar a dinâmica a partir de suas próprias vivências enquanto mulheres imigrantes, as pensadoras abordam questões sobre história, colonialidade, política sexual, capitalismo e marginalidade econômica nos países centrais e também naqueles que compõem o "terceiro-mundo".

Alexander e Mohanty (1997) reforçam suas críticas aos estudos e práticas consagrados pela academia dos Estados Unidos e Europa, afirmando que,

> [...] Qualquer compreensão das experiências das mulheres com base em uma concepção estreita de gênero seria simplesmente incapaz de abordar completamente os efeitos homogeneizadores e hierarquizadores dos processos econômicos e culturais que são o resultado dessa cultura de consumo (ALEXANDER; MOHANTY, 1997, p. XVI, *tradução da autora*).

Nessa visão o pós-modernismo é criticado, uma vez que costuma desconsiderar elementos essenciais – gênero, raça, classe e sexualidade – para uma análise crítica sobre os

contextos de dominação (ALEXANDER; MOHANTY, 1997). Ou seja, se elementos tão importantes não são considerados em um estudo, é pouco provável que as problemáticas sejam identificadas e superadas através dele.

Desde então, os feminismos transnacionais passaram a ser aperfeiçoados e difundidos por teóricas e ativistas. Com uma variedade crítica, as abordagens feministas transnacionais estão imersas em uma interdisciplinaridade que combina a teoria com a prática (ALEXANDER; MOHANTY, 1997). Encontrando-se em um cenário de constante debate, modificação e questionamentos, não são uma corrente teórica ou vertente do movimento capaz de fugir de algumas críticas.

Apesar de ser uma perspectiva pautada no pluralismo e em ideais anti-hegemônicos, o movimento político-intelectual nasceu na academia norte-americana, o que dificulta a aceitação daquelas que não fazem parte dos grandes centros. Essa noção pode ser compreendida com um novo olhar a partir dos movimentos de adequação dos feminismos transnacionais nas regiões "periféricas". A noção da criação de um feminismo (afro) latino-americano (GONZALEZ, 2020), surge como um mecanismo para transcender essas percepções lançadas de forma crítica. Trata da construção de um caminho de dentro para fora, que culmine a partir de variedade de histórias, raças, classes sociais, sexualidades, religiões e culturas. Não é sobre absorver noções importadas, europeias ou norte-americanas, mas de estabelecer uma consciência latina que compreenda as diferenças e os privilégios de certos grupos, criando espaços de diálogo e luta conjunta.

Além disso, questões acerca dos efeitos do capitalismo e neoliberalismo são consideradas. Spivak (1996) menciona que os efeitos do neoliberalismo são, em realidade, fortalecidos na lógica do transnacionalismo. Argumento reforçado por Peterson e Runyan (2014) ao destacarem como grandes empresas privadas, nascidas no seio neoliberal, desenvolvem suas ações de voluntarismo para controlar até onde segue o papel das organizações e movimentos sociais; em como os Estados financiam essas organizações para controlar as formas de ação; ou como o fenômeno da *ONGuização*[6], proposto por Alvarez (1999), pode deixar para trás mulheres que não fazem parte de esferas sociais mais altas.

[6] Noção que se refere a especialização de organizações do movimento feminista através da associação com Organizações Internacionais e Estados. Ganhou força na América Latina a partir de 1990 quando as ONGs da região foram influenciadas a participar ativamente das conferências internacionais de organismos como a ONU e passaram a ser financiadas por algumas agências. Ao passo que favoreciam o trabalho dos grupos em seus locais de atuação, os "patrocinadores" conquistavam uma capacidade de influência muitas vezes indesejada, que reduzia a autonomia das Organizações Não-Governamentais (ALVAREZ, 2000).

Há também um questionamento válido sobre quem possui o poder de ultrapassar as fronteiras e se essa tentativa não reduz o papel dos organismos domésticos. Como destaca Briggs (2016), seja em um sentido real ou figurado, algumas ativistas ou teóricas criticam essa característica essencial dos feminismos transnacionais ao tentarem identificar quem são as mulheres ou os aliados que logram fazer essa circulação. Um elemento justificável, mas contraposto com os próprios objetivos do movimento que busca engajar o maior número de pessoas, independentemente da esfera social na qual estão inseridas. Logo, não se trata de diminuir a importância ou capacidade de movimentos no campo nacional, mas de mobilizá-los com outros para que ampliem seus efeitos. Dessa maneira, enfatiza,

> O transnacionalismo, no entanto, não precisa exigir um afastamento da preocupação histórica das feministas com a subalternização. De fato, com uma ligeira virada no caleidoscópio do paradigma, poderíamos dizer que atender ao transnacional oferece uma analítica, uma ótica sobre a nação com grande poder explicativo sobre a articulação do imperial e do nacional (BRIGGS, 2016, p. 996, *tradução da autora*).

Em um universo onde a noção de "ir além das fronteiras" soa um tanto utópica, principalmente em uma lógica global-capitalista, é comum que movimentos que atuem nesse sentido sejam contestados. Há, sim, um questionamento sobre as atividades executadas, de onde elas partem, por quem são apoiadas ou, ainda, em quais esferas se desenvolvem. No entanto, a representatividade, as resistências e as possibilidades de mudança encontradas nos feminismos transnacionais são superiores ao número de críticas ou desconfianças destinadas a essa abordagem ativista-teórica.

1.2. Feminismo transnacional na América Latina: uma articulação a partir das margens

Desde a Primeira Onda feminista mulheres de diferentes origens passaram a se unir em busca de objetivos em comum, principalmente aquelas que residiam na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. Entretanto, para aquelas provenientes de regiões fora dos grandes centros, uma maior articulação entre feministas apenas tornou as diferenças das vivências ainda mais claras. O encontro da Organização das Nações Unidas nos anos correspondentes a chamada "Década da Mulher" (1975-1985) são um exemplo da adoção das práticas de "irmandade global" e de uma – fracassada – tentativa de unificação dos problemas de gênero (ARCOVERDE, 2017). Quando tratadas em nível de organizações internacionais, a maior parte das agendas dava pouca importância para as desigualdades existentes entre o centro e as periferias, trabalhando-as de forma homogênea.

Por essa razão, diversas teóricas mencionam as dificuldades de mulheres do Sul Global em aderirem ao movimento e se considerarem feministas. Enquanto algo comumente associado ao Norte, acaba sendo visto com uma conotação branca, elitista e, muitas vezes, "produzida pelo colonizador" (ENNS; DÍAZ; DAVIS, 2020). Reside, nesse sentido, a importância dos feminismos transnacionais, interseccionais e do mulherismo[7] – termo comumente adotado por mulheres negras, indígenas, latinas e caribenhas, no lugar de feminismo –, pois apresentam novas lógicas para o debate e agregam as experiências daquelas mulheres que não se sentem incluídas na luta ou nos estudos acadêmicos.

Tais feminismos latino-americanos iniciaram-se a partir do final de 1970, por grupos de mulheres de classe média, desenvolvendo-se em períodos diferentes em cada um dos países da região, e ganhando força a partir de 1980 (VARGAS, 2002). O surgimento em um contexto onde as ditaduras passaram a se multiplicar em nível regional dificultou, ainda mais, as formas de atuação das participantes. Como mostram Gargallo (2007), Carosio (2012) e Vargas (2002), a sustentação dos feminismos na região partiu de ideias anti-hegemônicas, antineoliberais, democráticas e plurais, que demonstravam a necessidade de compreender as opressões e exclusões enraizadas nas sociedades, promovendo mudanças a partir desse movimento ativista-teórico de resistência.

Durante os anos 70, em um momento ainda basilar, as maiores demandas cercavam noções de igualdade universal e cidadania para todas as mulheres; nos anos 80 foram centradas na "politização do privado", demonstrando a necessidade da participação feminina nos setores públicos; e nos anos 90 foram marcadas por processos de redemocratização e globalização, onde o olhar foi destinado aos efeitos de políticas neoliberais e novas possibilidades alinhamento (VARGAS, 1992; 2002). Desde então, novas noções passaram a ser aderidas nos feminismos latino-americanos, a exemplo do incentivo à participação de grupos marginalizados no próprio movimento e da absorção de novas temáticas nos debates.

Durante esse processo transitório, de descoberta, luta e consolidação, o movimento assumiu novas características. Na união entre mulheres feministas da América Latina as histórias e resistências, mesmo divergentes e apagadas ao longo de muitos séculos, passaram a se encontrar e transcender os limites impostos pela geografia. Moghadam (2010), por exemplo,

[7] Walker (1983) desenvolveu a terminologia, destacando que o mulherismo iria além das noções propostas pelo feminismo tradicionalmente conhecido. Na realidade, a pensadora apresenta diversos conceitos para a palavra considerados contraditórios. Collins (2017) destaca dois deles: a expressão que seria superior ao feminismo – uma vez que trabalha temáticas não exclusivas à opressão de gênero, mas também às opressões raciais – e uma segunda visão que destaca o impacto do colorismo, propondo uma versão plural que integra individualidades e a união de grupos diversos. Na região latino-americana a segunda visão é mais proeminente.

argumenta que o movimento feminista tem no seu próprio cerne, o intuito e a capacidade de conectar mulheres de diferentes países. A proximidade não somente geográfica, mas também relativa aos momentos históricos e culturais compartilhados, deram um caráter próprio aos feminismos encontrados na região. Destaca Gargallo (2007),

> É urgente colocar não apenas as contribuições do feminismo latino-americano, como teoria política e como filosofia prática, para o feminismo mundial, com suas reflexões específicas sobre a relação polimorfa entre as esferas íntima, privada e pública, com as reflexões sobre o racismo do machismo e o não pertencimento das mulheres negras ao grupo dos fracos, do feminismo indígena e seus conflitos com o poder hegemônico, o racismo, o militarismo, o alcoolismo, a violência de gênero em suas comunidades, mas para ir além e para encontrar os motivos coletivos pelos quais as mulheres latino-americanas decidiram renovar seu imaginário de ser mulher (p. 23, *tradução da autora*).

Os debates entre teoria e ativismo também são aparentes. Vargas (2002) demonstra como a união das duas esferas, mesmo nos desencontros entre a produção acadêmica e a militância, contribuíram para a construção de uma *identidade feminista* latino-americana. Em meio às referências teóricas buscadas nos grandes centros, a teoria-ativismo surgiu como uma nova forma de descolonizar o pensamento e encontrar os feminismos na América Latina (CURIEL, 2009). De acordo com Miñoso *et al* (2014), a consolidação de uma comunidade epistêmica – reforçada nas Epistemologias do Sul (SANTOS; MENESES, 2010) – tem o intuito de articular mulheres, bem como outros indivíduos marginalizados ou subalternos, conectando noções de gênero com a história, geopolítica, sexualidade e economia.

Com o advento das inovações tecnológicas, as relações e tentativas de emancipação e desvencilhamento de concepções hegemônicas (CAROSIO, 2012) – importadas dos movimentos na Europa e América do Norte – se tornam ainda mais consolidadas uma vez que as pessoas se conectam com uma facilidade nunca vista anteriormente. Esse movimento de transição não é simples e continua em desenvolvimento nos dias atuais, sendo debatido na academia e também nas ruas. Nesse sentido, destaca-se novamente o papel protagonizado através de uma perspectiva feminista transnacional, buscando conectar os movimentos e teorias ao cotidiano, organizados além do nível nacional, e destacando o protagonismo de ações transnacionais como uma ferramenta de mudança coletiva (O'DONNEL, 2020).

Na América Latina, para além das práticas que discutiam os impactos da economia, da globalização, do patriarcado na vida de mulheres e da garantia de direitos humanos, questões como o colonialismo, o racismo, a biopolítica, o regionalismo e a pluralidade se tornaram elementos essenciais para o debate e as lutas feministas transnacionais. Para a maioria das intelectuais, a diversidade cultural e de etnias é característica essencial dos feminismos latino-americanos (VARGAS, 2002; GONZALEZ, 2020).

Como mostra Arcoverde (2017), em contrariedade a outros locais, as representações feministas transnacionais na região estão nas esferas extraoficiais, não necessariamente nos grandes cargos ou posições de poder. É nesse sentido que se pode afirmar, portanto, que as mulheres latino-americanas se articulam a partir das margens. Observar quais são essas articulações, seus objetivos e as agendas propostas por esses grupos em constante multiplicação, é considerado um passo essencial para a compreensão não somente do presente, como também para identificar possibilidades acerca do futuro.

2. AÇÕES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS: O ATIVISMO ALÉM DAS FRONTEIRAS

Carosio (2012), menciona que as possibilidades de impacto na construção e mudanças de ordem política evidenciam como as teorias feministas – principalmente transnacionais, interseccionais e decoloniais – não finalizam seus estudos e ações na identificação de problemáticas, mas na ação. O movimento de trazer para o público aquilo que estava restrito ao privado amplia as possibilidades de mudança.

Logo, independentemente da nomenclatura adotada, o objetivo das ações feministas transnacionais é o de levar suas pautas para além do campo doméstico, atingindo o maior número de indivíduos e abrindo espaços para mudanças estruturais. Ir além das fronteiras – fisicamente ou não – reflete, portanto, uma tentativa de transformação do aparato político, econômico, social e cultural em níveis nacional e internacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002).

No presente capítulo serão apresentadas considerações analíticas adotadas acerca da temática. Não somente do campo feminista, mas também compreensões nas esferas dos movimentos sociais, em geral, e das relações internacionais. A adoção de diversas nomenclaturas por parte das teóricas pode causar confusão e, aparentemente, dá características distintas às modalidades de ação feminista transnacional. De modo a observar profundamente essas questões, um mapeamento destas articulações na América Latina também será feito, identificando não somente as categorias de cada uma delas, mas também localizando as suas principais agendas e objetivos.

2.1. Considerações analíticas: categorias e características

As ações feministas transnacionais podem ser categorizadas de maneiras diversas. Existem autoras que optam por uma classificação mais simples e plural, como redes feministas transnacionais (MOGHADAM, 2005). Outras destacam o papel de Organizações Não-Governamentais na busca de garantias políticas[8] (ALVAREZ, 1998) e há, ainda, um grupo que opta por um caminho mais complexo, destrinchando ações transnacionais em várias categorias (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002). Cabezas (2014), por exemplo, destaca que os mecanismos de articulação transnacional – sejam eles redes ou coalizões – são conceitos

[8] Alvarez (1998) sugere um olhar *de* política e *da* política para as causas sociais, especialmente do campo feminista: *da política* se refere as questões gerais, trabalhando políticas públicas, por exemplo; *de política* articula um sentido amplo, que se reconfigura ao longo do tempo, mas abarca as relações de poder, questões culturais e simbólicas.

destinados a construir *relações horizontais*, que oferecem a possibilidade da compreensão de similaridades e diferenças que geram identidades e incentivam a ação.

Autoras como Moghadam (2005; 2010) adotam o termo redes feministas transnacionais dividindo-as em temáticas: voltadas para promoção da paz e discussão dos impactos de conflitos e guerra na vida de mulheres; ao debate sobre o impacto do neoliberalismo na vida das mulheres; e/ou centradas nos direitos das mulheres e perigos do fundamentalismo. Essa abordagem busca destacar uma tentativa de reduzir hierarquias em sua própria estrutura, consolidando as redes como mecanismos efetivos e informais sem a necessidade de definir graus de importância.

Khagram, Riker e Sikkink (2002), por sua vez, deixam sua contribuição ao organizarem diferentes tipos de ação coletiva transnacional, atribuindo características específicas a cada uma delas. Essa forma de organização pode estar associada diretamente a uma ONG ou ser articulada de modo independente, mas possui no seu cerne o intuito de promover mudanças na política doméstica ou internacional. Apesar de não trabalharem a temática centrada nos feminismos e seus movimentos, a contribuição teórica é importante para observar as capacidades, as ações e o nível de mobilização desempenhados pelas organizações que aqui serão observadas.

Os autores ainda sugerem que as teorias de relações internacionais e dos movimentos sociais estejam em diálogo, para que os fenômenos sejam compreendidos de maneira adequada. Dizem,

> Acreditamos fortemente que o diálogo entre os dois grupos [...] é potencialmente frutífero: primeiro, os debates sobre normas e ideias nas relações internacionais poderiam se beneficiar do envolvimento com debates mais antigos sobre enquadramento e crenças coletivas na literatura dos movimentos sociais. Em segundo lugar, os debates sobre a estrutura de oportunidades políticas na teoria dos movimentos sociais podem ser proveitosamente informados por literaturas de Relações Internacionais que exploram a interação dinâmica da política doméstica e do sistema internacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002, p. 6, *tradução da autora*)

Diante disso, são apresentados quatro tipos de ação coletiva transnacional: Redes Transnacionais de Defesa de Direitos *(Advocacy)*, Coalizões Transnacionais, Movimentos Sociais Transnacionais e Organizações Não-Governamentais Internacionais ou Transnacionais (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002). No quadro abaixo são apresentadas as principais categorias, seus níveis de mobilização e ações comumente desenvolvidas no seu âmbito.

QUADRO 1 – TIPOS DE AÇÃO COLETIVA TRANSNACIONAL

CATEGORIA	NÍVEL DE MOBILIZAÇÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
Rede Transnacional de Defesa de Direitos ou *Advocacy*	Informal	Troca e uso de informações a partir de agendas em comum. Exemplos: grupos de pesquisa e ação.
Coalizão Transnacional	Formal	Ações coordenadas e definição em conjunto de práticas em busca da consolidação de seus interesses. Exemplos: campanhas, boicotes, greves.
Movimento Social Transnacional	Formal	Mobilização amplamente articulada com capacidades de influenciar o cenário político, social e econômico. Exemplos: protestos e *ações disruptivas*.
Organizações Não-Governamentais Internacionais ou Transnacionais	Formal e Privada	Principais atores da ação coletiva transnacional. Buscam influenciar a mudança social e geralmente possuem uma estrutura de profissionais totalmente dedicados.

Fonte: Elaborado pela autora (2021) – Adaptado de Khagram, Riker e Sikkink (2002)

É importante destacar, no entanto, que as estruturas das ações coletivas transnacionais são flexíveis, permitindo uma adequação das características acima mencionadas ao contexto, agendas e objetivos que cada forma de organização possui. Isso significa que articulação delas pode ter características múltiplas. Nesse sentido, os autores ainda destacam que, para que um Movimento Social Transnacional se consolide, é muito provável que ele tenha sido organizado anteriormente em uma rede ou coalizão (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002).

Tais configurações são importantes na medida em que apresentam características intrínsecas a cada uma das formas de ação transnacional. No entanto, a própria mutabilidade das questões de gênero e dos feminismos faz com que a natureza das redes, coalizões, movimentos e organizações feministas não seja restrita. Esses organismos se articulam de maneira plural, conformando em si mesmos mais de uma forma de mobilização ou ações desenvolvidas a partir da sua atuação. Desse modo, as noções de Khagram, Riker e Sikkink (2002) são aqui apresentadas para facilitar a visualização do papel destas organizações. Por esse ângulo, há a possibilidade de utilização de diversos termos em alusão às ações feministas transnacionais: redes feministas, movimentos feministas, organizações feministas e coalizões feministas. O presente trabalho utiliza os termos redes feministas transnacionais e ações feministas para apropriar-se das principais características amplas destas categorias.

Novamente, surgem críticas a estas modalidades de articulação, não por parte das ativistas ou teóricas, mas normalmente por grupos que criticam o próprio movimento feminista

e buscam invalidar seu papel na sociedade. Enloe (2014), por exemplo, faz uma análise sobre o motivo para muitas redes e coalizões transnacionais não serem devidamente reconhecidas nacional e internacionalmente. Segundo a autora, isso pode ocorrer por três motivos: a caracterização das redes como casos especiais, que defendem os interesses restritos a apenas um grupo; a irrelevância com que as ideias propostas por grupos de defesa das mulheres são tratadas, através do desvio das temáticas destes para assuntos relacionados à economia, à segurança e à política; e o menosprezo dado aos relatórios produzidos e agendas defendidas no âmbito dos grupos feministas transnacionais por parte dos Estados, empresas ou grandes organizações.

Uma outra questão versa sobre quais movimentos podem ser definidos como feministas. Evidentemente, nem todos os movimentos organizados por mulheres podem ser considerados redes feministas. Muitos deles são, na realidade, de ordem conservadora e buscam manter as relações de poder e opressão. Ao mesmo tempo, organizações com objetivos iguais ou semelhantes aos da luta feminista optam pelo título "movimento de mulheres", o que normalmente ocorre devido às preocupações acerca da utilização do termo feminismo. Estudiosas chamam atenção para o perigo desse tipo de posicionamento (CAROSIO, 2012), destacando como a despolitização do feminismo pode limitar suas capacidades críticas.

Apesar disso, e como reforçam Peterson e Runyan (1999), um movimento pode ser considerado feminista, na medida em que suas participantes trabalhem as desigualdades e opressões de gênero em conexão com outras formas de dominação. No levantamento feito a seguir serão consideradas redes que se auto intitulam feministas, assim como aquelas que desenvolvem suas ações com uma perspectiva transnacional, centradas em opressões de gênero, mas que não optam pela nomenclatura anterior.

2.2. As ações feministas transnacionais na América Latina: agendas, categorias e objetivos

As ações feministas na América Latina, não somente as transnacionais, são um movimento crítico e ativista de *mudança histórica* (CAROSIO, 2012). É nesse sentido que a cada ano, mais mulheres passam a integrar grupos que buscam promover a mudança social e levar suas demandas para o âmbito público. Sendo assim, estudar as ações feministas transnacionais pode ser uma forma fundamental de investigar quem são as participantes que compõem ou se unem às redes, quais são as suas demandas, de quais formas desenvolvem as suas atividades e, ainda, quais são os possíveis resultados que surgem através dessas articulações. Para além disso, trazer o debate ao campo acadêmico propicia a produção e

discussão de pensamentos sobre uma lógica de decolonialidade do saber (QUIJANO, 2005), desvinculando o campo de ideias do eurocentrismo e encaminhando a América Latina para movimento teórico de transformação. Apesar de um movimento literário crescente em nível regional, muitas informações sobre os movimentos feministas transnacionais se encontravam dispersas. Surge, portanto, a necessidade de compilar de modo preliminar, quais são as ações existentes para a promoção de mudanças e lutas por direitos.

O mapeamento que será apresentado foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica (CARVALHO; DIAS, 2019; ARCOVERDE, 2017; CABEZAS, 2014; ALVAREZ, 2003; ALVAREZ *et al*, 2003; ALVAREZ, 2000) e pesquisa analítica sobre organizações feministas transnacionais presentes na América Latina. Foram identificadas, deste modo, 15 (quinze) redes feministas transnacionais ainda em atividade na região. Em uma observação inicial, percebe-se que grande parte delas se organizam em torno de temas como a violência contra à mulher, o desenvolvimento e a economia. Mas para além deles, diversas organizações estão se articulando em pautas como a educação, pesquisa, o treinamento, o meio ambiente e ações de *advocacy*[9] (DÍAZ ALBA, 2007).

Existe uma vastidão de grupos que utilizam da abordagem de gênero e dos feminismos, no entanto, aqui foram consideradas apenas as coalizões que colocam a mulher como seu elemento central e não como apenas uma das frentes de debate. Um outro fator para seleção dessas organizações está direcionado a localizações, não observando os grupos fundados em outros locais do globo e trazidos para a região, mas apenas aqueles criados e destinados para a América Latina. Apesar da análise centrada nos movimentos latino-americanos, algumas organizações estendem sua atuação – devido a fatores históricos, culturais e econômicos – aos países caribenhos, estas também serão consideradas.

A seguir será feita uma contemplação mais detalhada de cada uma delas. Além da identificação das categorias conforme proposto por Khagram, Riker e Sikkink (2002), o surgimento, localizações, agendas, objetivos e, em alguns casos, as ações desenvolvidas serão destacadas. Por fim, um quadro que sintetiza as principais informações sobre redes feministas transnacionais na América Latina será exposto.

[9] Conceito em processo de significação contínua. Ações de *advocacy* são articulações de organizações da sociedade para a reivindicação e defesa de causas específicas, que possuem o intuito de destacar as temáticas no âmbito público, promovendo debates e mudanças no cenário vigente (LIBARDONI, 2000).

a) Articulação Feminista do Mercosul (AFM)

Surgiu nos anos 2000 em Montevidéu, no Uruguai, a partir das articulações de participantes dos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe (EFLAC) e de conferências das Nações Unidas na década de 1990 (AFM, 2021). Apesar da nomenclatura, a AFM busca engajar diversos países da América Latina e Caribe, estando aberta para expansão em países que não possuem um núcleo. Como destacado pela AFM (2021), além daqueles que compõem o Mercosul atualmente – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai[10] – mulheres da Bolívia, Chile, Equador, México e o Peru integram a rede feminista.

Os objetivos da Articulação Feminista do Mercosul são centrados na participação política de mulheres e incentivo ao debate feminista. Assim, buscam: influenciar o debate político aprofundando as democracias e contribuindo para a ampliação de cidadanias; fortalecer espaços de articulação entre os movimentos sociais, especialmente de caráter feminista; consolidar uma corrente de incentivo à participação política de mulheres em processos de integração e de luta contra a violência de gênero; fortalecer uma *ação feminista regional* de impacto global (AFM, 2021).

Diversas organizações integram a rede, a exemplo: Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA (Brasil), *Equipo Feminista de Comunicación* (Paraguai), *Las Safinas* (Argentina), *Cotidiano Mujer* (Uruguai), *La Morada* (Chile), entre outras (AFM, 2016). O trabalho em conjunto busca tecer uma agenda voltada para a incidência, o diálogo e a articulação, além da construção e conexão. De acordo com a AFM (2016), as iniciativas de incidência são destinadas para valorizar a pluralidade de mulheres com diferentes vivências, histórias e idades, buscando a promoção de direitos humanos; o diálogo e articulação são desenvolvidos através da promoção de alianças com outras redes feministas; e a construção e a conexão servem para produção de pesquisas, boletins e promoção de debates.

Conforme as contribuições de Khagram, Riker e Sikkink (2002), as capacidades observadas no seio da Articulação Feminista do Mercosul são características não somente das redes transnacionais, destacadas no seu papel informativo e de influência no cenário político, mas também de coalizões transnacionais, uma vez que possuem maior formalidade de articulação e buscam coordenar estratégias voltadas para transformação em nível regional.

[10] Organizações da Venezuela não fazem parte da AFM. Desde 2017 o país foi suspenso do Mercosul por "ruptura da ordem democrática" em voto unânime dos Estados que compõem o bloco (BRASIL, 2017).

b) Articulação Regional Feminista pelos Direitos Humanos e Justiça de Gênero (ARF)

Criada em 2004, a Articulação Regional Feminista tem como objetivo ser uma aliança em nível regional de diversas instituições e está presente em seis países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru (ARF, 2021). Suas ações são centradas em temáticas de Direitos Humanos e Justiça de Gênero na região da América Latina, divulgando principalmente informes regionais e publicações que discutam tais tópicos, fortalecendo as reivindicações das organizações por ela apoiadas.

São projetos da ARF (2021): o Informe Regional de Direitos Humanos das Mulheres e Justiça de Gênero, que faz o estudo estatístico nos países anteriormente mencionados e produz publicações periódicas; o Observatório dos Direitos das Mulheres nos Meios de Comunicação, que faz uma análise das notícias produzidas nos países e propõe alternativas para uma comunicação não-sexista e não-discriminatória; além do Observatório de Sentenças Judiciais nas Altas Cortes de Justiça e Tribunal Regional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Mulheres, que analisam as decisões tomadas no âmbito das cortes internacionais de direitos humanos ou tribunais constitucionais dos países, formando uma importante base de dados.

Para além das iniciativas promovidas no seio da Articulação Regional Feminista pelos Direitos Humanos e Justiça de Gênero, são temas contemplados pelos observatórios e informes: diferentes tipos de violência contra as mulheres, participação e acesso aos espaços de tomada de decisão, direitos sexuais e reprodutivos, saúde, educação, migrações, famílias, trabalho e propriedade (ARF, 2020).

Através de sua própria articulação com outras organizações, como sugere o seu próprio nome, a ARF é capaz de se integrar e desenvolver análises profundas sobre os países abarcados por suas ações. O trabalho a partir da divulgação de informes gratuitos sobre as temáticas de justiça de gênero e direitos humanos consolidam-na como uma rede feminista transnacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002).

c) Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)

A CLADEM atua em quinze países da América Latina e do Caribe. Foi criada em 1987 por influência da 3º Conferência Mundial das Mulheres das Nações Unidas (1985)[11], a partir da compreensão acerca das necessidades de articulação de estratégias regionais para a solução de problemas das mulheres (CLADEM, 2021e). Motivado a construir um território mais justo,

[11] Também conhecida como a Conferência de Nairóbi de 1985.

equitativo e digno para mulheres e meninas, o trabalho do Comitê tem agendas pautadas na criação de alianças, campanhas e redes de cooperação. A importância do seu trabalho ao longo das últimas décadas tem sido tamanha que, desde 2002, passou a ser reconhecido no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) (CLADEM, 2021e).

Como objetivo central do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher está a articulação de mulheres e organizações em uma perspectiva interseccional, buscando a promoção da transformação social e construção de democracias radicais (CLADEM, 2021e). Seu trabalho está organizado em três frentes: monitoramento, formação e litígio. Através do monitoramento buscam acompanhar a execução de compromissos internacionais assumidos pelos países da região (CLADEM, 2021d); utilizam da formação para capacitar as mulheres que fazem parte da rede em temáticas diversas: economia, política, saúde e sexualidade (CLADEM, 2021b); e por meio do litígio desenvolvem as práticas de *advocacy*, buscando a garantia de direitos e solução de casos que envolvam violações dos direitos humanos de meninas e mulheres (CLADEM, 2021c).

Novamente, as características encontradas no trabalho da CLADEM são múltiplas. Se consideram uma rede feminista militante, o que se confirma nas práticas de defesa dos direitos das mulheres. Indo além, sua organização ampla, dividida em Assembleia, Conselhos e Equipes regionais demonstram que o Comitê já alcançou capacidades de uma coalizão internacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002), se encaminhando para a consolidação de um movimento social transnacional, caso seja um dos objetivos das representantes.

d) Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos (EFLAC)

Os Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos, que são considerados a plena representação do feminismo transnacional latino-americano, foram iniciados em 1981 na Colômbia. Os Encontros ou *Encuentros* tinham como intuito a união de militantes e estudiosas da América Latina e Caribe para a construção de diálogos e trocas de experiências (CFEMEA, 2021). São convidadas a participar das edições mulheres de todos os Estados latinos e caribenhos, sendo que, o EFLAC já esteve presente em 10 países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Peru, República Dominicana e Uruguai (VIVA HISTÓRIA, 2021).

Como objetivo central, os Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos buscam servir enquanto um espaço autônomo, de encontro, debate e reflexão para mulheres da região. Buscam promover um intercâmbio plural de vivências sobre o feminismo, além de incentivar uma série de debates, a partir de uma perspectiva interseccional – elemento que vem

sendo melhor articulado nos encontros mais recentes, já que a falta de pluralidade de participantes e de demandas foram criticadas em momentos iniciais (VARGAS, 1992) –, do apontamento de desafios e, principalmente, da construção de agendas que contribuem para a solução das problemáticas elencadas ao longo das edições (CFEMEA, 2021).

É importante manter em mente que sua 15º edição, prevista para ocorrer no ano de 2020 em San Salvador (El Salvador) foi cancelada em virtude da pandemia do coronavírus. O quadro abaixo apresenta quando, onde e quais as temáticas trabalhadas nas 14 edições do EFLAC.

QUADRO 2 – OS ENCONTROS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS

ANO	LOCAL	TEMÁTICAS
1981	Bogotá (Colômbia)	A definição do termo feminismo.
1983	Lima (Peru)	Patriarcado na América Latina.
1985	Bertioga (Brasil)	Inclusão de temáticas como racismo, lesbianismo e situação de marginalidade vivenciadas por mulheres.
1987	Taxco (México)	Quem é uma feminista? – Mitos do movimento feminista
1990	San Bernardo (Argentina)	Feminismo nos anos 90: construção de pontes com atores, luta contra a violência e estratégias políticas.
1993	Costa del Sol (El Salvador)	Elitismo no movimento feminista.
1996	Cartagena (Chile)	Estratégias para a mudança.
1999	Juan Dolio (República Dominicana)	Valores femininos, interação cultural, artes e racismo.
2002	Playa Tambor (Costa Rica)	Os aspectos negativos e positivos da globalização.
2005	Serra Negra (Brasil)	Diversidade e radicalizações no feminismo e democracia.
2009	Cidade do México (México)	Feminismo Trans e violências sofridas por mulheres em conflitos armados.
2014	Bogotá (Colômbia)	Feminismos autônomos e institucionais.
2011	Lima (Peru)	Vida sustentável, interseccionalidade e interculturalidade.
2017	Montevidéu (Uruguai)	Diversas mas não dispersas: corpos, autonomia e poder.

Fonte: Elaborado pela autora (2021) – Adaptado de Viva História (2021)

Apesar de influenciar publicamente a mudança social, os *Encuentros* não são articulados a nível de movimento social transnacional, como proposto por Khagram, Riker e Sikkink (2002). Mas são uma grandiosa rede transnacional de defesa dos direitos, incentivando a troca de informações e gerando espaços de diálogo, além de uma coalizão transnacional capaz de se consolidar e reinventar ao longo de muitas décadas, sendo força motriz para a criação de novas iniciativas regionais e propondo a implementação de agendas voltadas para a consolidação de políticas públicas para mulheres e meninas.

e) Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM)

O FMM se intitula uma organização não-governamental suprapartidária e sem fins lucrativos. Foi criada em 1995, na Argentina, a partir de reuniões entre políticos, empresários, sindicatos e representantes de organizações das áreas de cultura e educação (FMM-Brasil, 2021). Voltado para o Mercosul, há uma participação significativa da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Como destaca o FMM-Brasil (2021), a rede tem o intuito de debater a integração do bloco econômico, identificando as implicações deste acordo na vida de mulheres, e de sensibilizar, informar e mobilizar mulheres que vivem nos países-membros sobre seus direitos e garantias. Há uma tentativa de aproximar os espaços legislativos e institucionais de grupos que, normalmente, são excluídos deles. Suas principais ações são o apoio a alianças e o incentivo a políticas de capacitação e atuação com outros movimentos, buscando assim avançar na consolidação de políticas públicas econômicas, sociais e culturais em regiões atingidas por essa iniciativa (FMM-Brasil, 2021).

A categoria Organização Não-Governamental Internacional ou Transnacional é aplicada para esse caso, percebida não somente na sua autodenominação, mas também na formalidade e grau privado observados na organização interna do FMM (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002).

f) Fundo de Mulheres do Sul (FMS)

Criado em 2017, o FMS se considera uma fundação feminista dedicada a apoiar, mobilizar recursos financeiros e fortalecer grupos de mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos de base. O Fundo de Mulheres do Sul beneficia mais de 266.000 indivíduos, tendo como objetivos o cumprimento de direitos das pessoas comumente marginalizadas, promovendo a construção de sociedades livres, empoderadas, justas e equitativas (FMS, 2021a). Concentram suas atividades na Argentina, Uruguai e Paraguai, mas suas ações já foram estendidas a outros países da América Latina e Caribe. Como mostra o FMS (2021c) também estão presentes na: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela.

Buscando consolidar sua missão, o FMS (2021b) possui seis programas ativos[12]: Liderando desde o Sul, financia a apoia mais de 50 organizações ativistas pelos direitos de meninas, mulheres e comunidade LGBTQIA+ no Sul Global, centrando suas atividades na

[12] Em espanhol: Liderando desde el Sur; Vivas nos Queremos; Nuestros Derechos, Nuestro Orgullo; Fortaleciendo a las Defensoras Ambientales; Redes y Alianzas Libres de Violencias; Mujeres en Alta Voz (FMS, 2021b).

América Latina e Caribe; Vivas nos Queremos, desenvolvido na Argentina, que apoia financeira e tecnicamente estratégias de incentivo à autonomia corporal de mulheres e corpos capazes de gestar; Nossos Direitos, Nosso Orgulho, destinado ao apoio técnico, político e financeiro de organizações LGBTQIA+, além do incentivo a troca de experiências e conhecimentos sobre as temáticas; Fortalecendo as Defensoras Ambientais, apoiando grupos de base – principalmente mulheres indígenas e campesinas – que desenvolvem sua luta a partir de um prisma socioambiental; Redes e Alianças Livres de Violência (REDAL), que apoia organizações e mulheres que estão na linha de frente de iniciativas que combatem opressões de gênero; e Mulheres em Voz Alta, desenvolvido no Paraguai de modo a incentivar a participação de mulheres campesinas, indígenas e outros grupos marginalizados para promover a mudança social.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas através do Fundo de Mulheres do Sul são centradas na arrecadação de fundos, desenvolvimento de capacidades organizacionais e de *advocacy*, conecta redes e alianças, fortalece movimentos feministas e conecta-os com outros movimentos sociais e acompanha tecnicamente as agendas desenvolvidas em cada uma das organizações apoiadas (FMS, 2021a). Tal trabalho prioriza identidades e sexualidades diversas, erradicação das violências, justiça econômica e a promoção de lideranças.

Com uma equipe altamente articulada, o Fundo de Mulheres do Sul não é apenas uma rede feminista transnacional, capaz de conectar participantes de diversos países, mas também pode ser considerada uma organização não-governamental transnacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002). Através da arrecadação de fundos e capacitação técnica buscam influenciar a mudança em nível regional, fortalecendo outros grupos que normalmente são excluídos.

g) Movimento *Ni Una Menos*

O Movimento *Ni Una Menos*, no português Nem Uma a Menos, foi articulado após os brutais assassinatos de duas jovens, Chiara Paez e Lucía Pérez. O termo é uma declaração sobre como é inaceitável não agir diante dos expressivos números de violência contra as mulheres (NI UNA MENOS, 2017). O movimento abalou a Argentina, chegando às ruas em 3 de junho de 2015 e, no ano seguinte, expandindo as manifestações para o Chile e o Uruguai (SOUZA, 2019). O impacto da iniciativa na região e no mundo foi tamanho que o nome do projeto se tornou um slogan internacional contra a violência machista.

Por meio do movimento, mulheres e apoiadoras foram convocadas para uma marcha/ greve que buscava unir forças e vozes em busca da garantia mínima da vida de mulheres e

meninas. Como objetivo central está a luta contra o feminicídio e a busca por garantia de direitos das mulheres na região da América Latina e em todo o mundo. Souza (2019) demonstra que a agenda do Nem Uma a Menos se expande a cada ano e as mobilizações levam para as ruas um número ascendente de participantes. Os debates promovidos cercam questões sobre sexualidade, biopolítica e necropolítica.

Como demonstrado em sua Carta Orgânica, o *Ni Una Menos* (2017) busca penetrar nas desigualdades e transformá-las, atuando para: combater as violências machistas e sociais, não somente as físicas, mas também as simbólicas (a exemplo das disparidades salariais e níveis de desemprego, intensificadas nos casos de mulheres transexuais e lésbicas); promover a amizade política e inteligência coletiva entre mulheres, desafiando as normas patriarcais dos Estados; incentivar a participação política e o papel da coletividade feminista; garantir o direito ao aborto seguro, para promover a saúde e integridade dos corpos que podem gestar; e encorajar o apoio entre mulheres.

Além do lema que nomeia o movimento e das frentes de atuação, em 2019 o hino global *"un violador en tu camino"* ou *"el violador és tu"*[13] foi lançado por parte da representação chilena no Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher e reproduzido em manifestações ao redor de todo o mundo (GALVANI, 2019). Diversos movimentos de luta feminista nacional se uniram ao *Ni Una Menos* em busca da garantia de direitos das mulheres.

Fundado inicialmente como um coletivo, o nível de atuação observado atualmente é o de um movimento social transnacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002). O *Ni Una Menos* é capaz de mobilizar os seus participantes – e até pessoas não afiliadas – em uma série de protestos e campanhas internacionais, coordenando ações e influenciando diretamente mudanças de caráter social. Apesar das dificuldades encontradas, o incentivo a um olhar feminista, interseccional, subjetivo e singular tem sido responsável por uma ilustre mobilização articulada na América Latina.

h) Planeta ELLA

A ELLA ou Planeta ELLA, foi fundada em 2014 como o Encontro Latino Americano de Mulheres que ocorreu em Belo Horizonte, e adaptada para uma articulação transnacional em

[13] Em português: "um violador em seu caminho" ou "o estuprador é você". A letra do grito de resistência menciona: "O patriarcado é um juiz, que nos julga ao nascer, e nosso castigo é a violência que não se vê. [...] É o feminicídio, impunidade para o assassino, é o desaparecimento, é a violação. E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia. O estuprador é você, são os policiais, os juízes, o Estado, o presidente. O Estado opressor é um homem estuprador" (LA SEXTA, 2019, *tradução da autora*).

seguida. O intuito da iniciativa é fortalecer e tornar os feminismos ainda mais coletivos através da comunicação social, cultura e arte (PLANETA ELLA, 2020). Apesar de organizada na América Latina e Caribe, atualmente possui representações em países de todo o continente.

Buscando praticar um "feminismo floresta" – que consiste em um universo interseccional para unir identidades, narrativas e metodologias – o Planeta Ella (2021) desenvolve suas ações em cinco frentes: Parlamento Ella, que idealiza estratégias de atuação e participação política; Comunica Ella para produção de campanhas jornalísticas e coberturas de notícias; Universidade Ella, que promove oficinas e debates; Ella Culturas, realização de shows, mostras culturais e festivais; e o Banco Ella, monitoramento de questões econômicas relativas à própria iniciativa.

Os encontros de culminância acontecem em países diferentes. Após a primeira edição, que reuniu 150 participantes no Brasil, ocorreram quatro encontros: em 2015 na Bolívia, com a temática "Do feminismo aos feminismos", na Colômbia em 2017 com o tema "Dos encontros de mulheres ao encontro de feminismos", em 2018 na Argentina, absorção da ideia "Feminismo Floresta" e em 2020, através de uma versão virtual por conta da pandemia da Covid-19, que discutiu "As fronteiras dos feminismos" e reuniu 3.000 pessoas (PLANETA ELLA, 2020).

De acordo com o seu nível de atuação e a coordenação de estratégias desenvolvidas através das frentes de trabalho da ELLA, pensando nas perspectivas de Khagram, Riker e Sikkink (2002), essa forma de ação coletiva pode ser considerada uma coalizão transnacional. Na busca por trabalhar os feminismos sem fronteiras, coletivamente, de modo não-punitivista[14] e antirracista (PLANETA ELLA, 2020), já são capazes de mobilizar as participantes em caminho à consolidação de um movimento amplo.

i) Rede Latino-Americana Contra a Violência de Gênero (RLCVG)

A RLCVG faz parte da *MundoSur*, uma plataforma de transformação social que busca criar alianças estratégicas em nível regional para incentivar políticas públicas relacionadas aos direitos humanos através dos eixos: gênero, meio ambiente, democracia e infância (MUNDOSUR, 2020a). O papel da Rede Latino-Americana Contra a Violência de Gênero é o de cocriar ações entre organizações latino-americanas e caribenhas, que contribuam para a erradicação das violências de gênero neste espaço (MUNDO SUR, 2021).

Segundo a *MundoSur* (2021), mais de 30 organizações e/ou institutos regionais fazem parte da rede atualmente, sendo algumas: *Mumalá – Mujeres de la Matría Latinoamericana*

[14] Reflete uma contraposição às formas de violência para a resolução de conflitos, não reforçando ideias de punição, assédio ou discriminação (PLANETA ELLA, 2021).

(Argentina), *Las Libres* (México), *Observatorio de Equidad de Género* (Porto Rico), *Colectivo Ñañas* (Bolívia), *Asociación Movimiento Salvadoreño de Mujeres* (El Salvador), *Utopix* (Venezuela), *Centro de la Mujer Panameña* (Panamá) e Fórum de Mulheres do Mercosul (Países do Mercosul).

Centrada na troca de informações – através do Observatório da Rede e apoiada pelo Mapa Latino-Americano de Feminicídios, uma iniciativa de investigação da *MundoSur* – e fortalecida por ideais compartilhados entre as organizações que a compõem, a Rede Latino-Americana Contra a Violência de Gênero pode ser caracterizada como uma rede transnacional de defesa de direitos (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002). Em parceria com a Planeta Ella, previamente destacada, a RLCVG lançou em 2020 o "Manifesto Latino-Americano Contra as Violências de Gênero, Femicídios/Feminicídios e Trans/Travesticídios" (MUNDO SUR, 2020b).

São propostas incentivadas no Manifesto (MUNDO SUR, 2020b): políticas nacionais que tenham perspectivas de gênero, subsídios econômicos destinados a pessoas vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade social, acesso à justiça para mulheres e meninas, políticas de desarmamento geral, atenção especial para mulheres vítimas de violência que vivem em comunidades rurais e requisição por medidas de reparação aos filhos e filhas de mulheres vítimas de feminicídio.

j) Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe (REPEM LAC)

Uma das formas de ação coletiva feminista mais antigas da América Latina e Caribe, a REPEM ou REPEM LAC surgiu em 1981, no período em que diversas redes transnacionais passaram a ser construídas na região (REPEM, 2019). De acordo com a própria REPEM (2021a), fazem parte da rede diversos grupos de mulheres, organizações e instituições da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe tem como foco a formação educacional com uma perspectiva de gênero, se tornando um espaço para a construção de uma identidade coletiva e não-discriminatória (REPEM, 2019). As participantes – individualmente ou através das organizações – são livres para definir seus planos de ação e dinâmicas de trabalho, de acordo com o contexto em que estão inseridas.

São as principais frentes de atuação da REPEM (2019): a ação educativa, para o fortalecimento de mulheres e meninas que compõem movimentos populares; estratégia, para a formação e produção de conhecimentos livres, laicos, não-sexistas e inclusivos; processos, para a promoção de dinâmicas que promovem a igualdade e equidade de gênero; capacidade e influência, para aumentar o impacto da rede a partir da construção e consolidação de políticas públicas.

Carregando as características do seu próprio nome, a rede transnacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002) busca interligar mulheres e educadoras feministas neste espaço de encontro, reflexão e identidades. Ao longo de quatro décadas de trabalho, a REPEM LAC foi capaz de desenvolver ações em mais de 108 organizações regionais, incentivando metodologias de educação popular com abordagens de gênero, e também desenvolveu uma equipe altamente capacitada para o fortalecimento de suas ações. Como identificam Khagram, Riker e Sikkink (2002), o nível de articulação mais formal – visto aqui nas coordenações e equipe diretiva, selecionadas por eleição entre organizações e membros afiliados – e a capacidade de influência ao longo dos anos também inserem a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe na categoria de organização não-governamental transnacional.

k) Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e Diáspora (RMAAD)

A história da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e Diáspora, que surgiu em 1992, está marcada em momentos anteriores à sua criação. Assim como outras iniciativas, a rede foi organizada a partir da união de mulheres negras que participaram dos Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos (RMAAD, 2018b). Está presente não somente na região latina e caribenha, mas também na África.

De acordo com o RMAAD (2018a), fortalecer a rede é a missão essencial da iniciativa, uma vez que se define como um espaço de resistência contra o racismo, o sexismo e pobreza, incentivando a participação de mulheres múltiplas e organizações sociais. As noções de articulação regional incentivam o intercâmbio e cooperação de vivências em comum ou distintas, que devem servir de força motriz para o desenvolvimento do trabalho.

Aspectos como o reconhecimento de identidades, respeito à diversidade, solidariedade, horizontalidade, participação democrática e inclusiva são valores que regem a Rede, facilitando a sua atuação em um espectro amplo. Nessa perspectiva são delimitadas suas áreas de trabalho: investigação, *advocacy* e aconselhamento jurídico, educação e interculturalidade, construção de agendas, capacitação de mulheres afrodescendentes, racismo

e discriminação, fim da violência sexista, direitos sexuais e reprodutivos, entre outras (RMAAD, 2018a).

Com o intuito de impulsionar a construção e consolidação de um movimento étnico, racial e de gênero na região, a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas, Afro-caribenhas e Diáspora assume características em si mesma não apenas de uma rede, mas ainda de uma coalizão transnacional, uma vez que incentiva a execução de atividades mais amplas (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002). Seu nível de mobilidade e seu vasto número de atividades abrem um caminho para que essa forma de ação coletiva se torne um movimento social transnacional.

l) Rede Feminista Anticarcerária da América Latina

Criada em 2019 a partir das experiências de participantes do 1º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho (EFLAC), a Rede Feminista Anticarcerária busca reunir organizações e ativistas feministas que atuam nas prisões, construindo diálogos de forma transfronteiriça e unindo elementos culturais para a transformação social (FEMINISTAS ANTICARCELARIAS, 2021). Fazem parte da rede articulações da Argentina, Brasil, Chile, Equador e México, mas a mesma continua em expansão. São algumas organizações: *Yonofui* (Argentina), *Programa de Extensión en Cárceles* (Argentina), Direito à poesia (Brasil), Cooperativa Libertas (Brasil), *Mujeres de Frente* (Equador), *Colectiva Hermanas en la Sombra* (México) e *EQUIS – Justicia para las mujeres* (México).

O Cadastro Latino-Americano para Levantamento das Pessoas que Trabalham com Indivíduos em Situação de Reclusão foi o primeiro projeto lançado pela iniciativa em 2020. De acordo com a rede *Feministas Anticarcelarias* (2020), a ação tinha como intuito contabilizar não somente as trabalhadoras e trabalhadores do cárcere, mas também as ONGs que atuavam a partir dessa esfera em países latinos. Através de suas atividades, a Rede busca coordenar esforços em vias de dar fim à profunda crise existente nos sistemas punitivos nacionais e locais, principalmente com o impacto agravado pela pandemia do coronavírus; em seu manifesto sugerem a articulação para libertação por anistia ou perdão de mulheres, outros grupos vulneráveis e presos políticos, além da criação de programas de saúde e bem-estar social para pessoas encarceradas (FEMINISTAS ANTICARCELARIAS, 2020).

Ainda em processo de consolidação regional, a Rede Feminista Anticarcerária da América Latina possui um papel essencial na identificação das omissões dos Estados e indicação das violências vividas por grupos vulneráveis, especialmente mulheres, que estão em situação de cárcere. O trabalho de troca e uso de informações entre as organizações que a

compõem, caracterizam-na como uma rede transnacional de defesa de direitos (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002).

m) Rede Feminista de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe (RSMLAC)

Lançada em 1984, a Rede Feminista de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe busca dar visibilidade, promover debates e influenciar governos locais e nacionais acerca de temáticas sobre a saúde e os direitos da mulher (RSMLAC, 2020). Ao longo de quase quatro décadas de existência, o seu trabalho tem sido essencial, sendo reconhecido amplamente nos níveis doméstico e internacional como ferramenta de detecção das problemáticas vividas por mulheres em toda a região.

De acordo com a RSMLAC (2021), seu trabalho é dividido em cinco linhas estratégicas – que refletem como os programas devem funcionar e quais são os seus objetivos centrais – sendo elas: fortalecimento institucional e do programa, comunicação estratégica para a incidência, dinamização do movimento social e feminista, ações de *advocacy* em multinível, e, por fim, a geração de conhecimentos. Nesta concepção foram desenvolvidos os programas Cidadanias Livres, Jovens Construindo o Mundo que Desejamos, Corpos Autônomos e Corpos Livres, Corpos e Incidências na América Latina e Caribe e o programa Justiça na Saúde, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva[15].

Através de suas agendas e alianças, a Rede incentiva a formação laica; promove o treinamento e a capacitação de parceiras em uma perspectiva feminista intergeracional e plural; se posiciona a favor do aborto livre, legal e seguro; suscita um ativismo voltado ao autocuidado e autoproteção; e se utiliza do ciberativismo para colocar luz sobre as datas importantes para o movimento feminista (RSMLAC, 2021). Suas formas de organização e congruência de objetivos a tornam não somente uma rede transnacional de defesa de direitos, mas também uma coalizão transnacional (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002) que desenvolve campanhas e reitera práticas coordenadas entre suas participantes.

n) Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras de Direitos Sociais e Ambientais

A organização ecofeminista foi fundada em 2005, através da criação de projetos e incentivos de práticas políticas, busca garantir e defender os direitos dos povos e natureza da

[15] No espanhol: Ciudadanías Libres; Jóvenes Construyendo el Mundo que Deseamos; Cuerpos Autónomos, Cuerpos Libres; Cuerpos e Incidencias en Latinoamérica y el Caribe; Justicia en Salud, Salud Sexual y Salud Reproductiva (RSMLAC, 2021).

Abya Yala[16] (RED DE MUJERES DEFENSORAS, 2021). Nesse sentido, une participantes da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Peru e Uruguai.

De acordo com a Red de Mujeres Defensoras (2021), sua agenda é centrada nas formas como os projetos extrativistas afetam o corpo-território, especialmente de mulheres e meninas, e o território-terra. Assim, as ações buscam: denunciar as violências socioambientais ocorridas por conta do extrativismo; promover ações que salvaguardam mulheres em situações de vulnerabilidade, especialmente aquelas que são defensoras dos direitos humanos; documentar e informar os impactos regionais promovidos por esses projetos; influenciar movimentos de luta promovidos por mulheres e investigar políticas que regulam processos extrativistas; além de articular encontros sobre feminismo e ecologias, na tentativa de construir uma nova realidade (RED DE MUJERES DEFENSORAS, 2021).

Através de campanhas – a exemplo das "Mulheres Latino-Americanas Mapeando Territórios" e "Resistir, tecendo corpos-territórios" – e encontros transnacionais, alcançam pessoas que não estão necessariamente envolvidas na organização. Tais formas de articulação interna e atividades desenvolvidas dão um caráter duplo: são uma rede, conforme sua própria nomenclatura sugere, mas também representam uma coalizão em nível transnacional aos moldes propostos por Khagram, Riker e Sikkink (2002).

o) Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE)

A REMTE se configura em um fórum, criado em 1997, como espaço para a discussão de questões sobre economia e qualidade de vida das mulheres da América Latina (CABEZAS, 2014). Díaz Alba (2007), menciona que essa articulação foi essencial para a promoção de novos debates sobre a agenda feminista relativa a economia no período, promovendo um novo olhar principalmente para a influência do neoliberalismo na vida de mulheres. É conhecida como uma "rede guarda-chuva regional" que conecta mulheres em três frentes principais: pesquisa, treinamento e *advocacy*, segundo Cabezas (2014), estão reunidos coletivos feministas que trabalham temáticas sobre economia feminista, da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Nicarágua, Peru e Venezuela.

São organizadas ações de formação, investigação e campanhas relacionadas à temática central. Em seu trabalho, a Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia

[16] Expressão utilizada pelos povos originários como contraposição ao nome "América". É derivada da língua do povo Kuna, oriundos do território onde hoje se localiza a Colômbia, significa "Terra madura", "Terra Viva" ou "Terra em florescimento" (IELA – UFSC, 2015).

lança críticas aos acordos de livre comércio e atua com uma agenda focada no desenvolvimento de economias solidárias (DÍAZ ALBA, 2007). Nesse sentido, a REMTE pode ser considerada uma rede transnacional de *advocacy* (KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002), uma vez que une atores através das fronteiras para a discussão e difusão de informações sobre temáticas em comum, possuindo menor formalidade na sua organização se em comparação com as organizações previamente mencionadas.

QUADRO 3 – REDES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

(continua)

ARTICULAÇÃO FEMINISTA DO MERCOSUL (AFM)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2000	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai (AFM, 2021).	Rede Transnacional Coalizão Transnacional
ARTICULAÇÃO REGIONAL FEMINISTA PELOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA DE GÊNERO (ARF)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2004	Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru (ARF, 2021).	Rede Transnacional
COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CLADEM)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
1987	Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai (CLADEM, 2021a).	Rede Transnacional Coalizão Transnacional
ENCONTROS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (EFLAC)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
1981	Países que sediaram os encontros: Colômbia (1981 e 2011), Peru (1983), Brasil (1985 e 2005), México (1987 e 2009), Argentina (1990), El Salvador (1993), Chile (1996), República Dominicana (1999), Costa Rica (2002) e Uruguai (2017) (CFEMEA, 2021).	Rede Transnacional Coalizão Transnacional
FÓRUM DE MULHERES DO MERCOSUL (FMM)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
1995	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (FMM-Brasil, 2021).	Organização Não-Governamental Transnacional

QUADRO 3 – REDES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

(continuação)

FUNDO DE MULHERES DO SUL (FMS)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2007	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (FMS, 2021c).	Rede Transnacional Organização Não-Governamental Transnacional
MOVIMENTO *NI UNA MENOS*		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2015	América Latina - Principais frentes de articulação: Argentina, Chile e Uruguai.	Movimento Social Transnacional
PLANETA ELLA		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2014	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lúcia, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela (PLANETA ELLA, 2021).	Coalizão Transnacional
REDE LATINO-AMERICANA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO (RLCVG)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2020	Argentina, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, México, Panamá, Porto Rico, República Dominicana e Venezuela (MUNDO SUR, 2021).	Rede Transnacional
REDE DE EDUCAÇÃO POPULAR ENTRE MULHERES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (REPEM)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
1981	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (REPEM, 2021a).	Rede Transnacional Organização Não-Governamental Transnacional
REDE DE MULHERES AFRO-LATINO-AMERICANAS, AFRO-CARIBENHAS E DIÁSPORA (RMAAD)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
1992	Presente em mais de 30 países, são alguns: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela (RMAAD, 2018b).	Rede Transnacional Coalizão Transnacional

QUADRO 3 – REDES FEMINISTAS TRANSNACIONAIS NA AMÉRICA LATINA

(conclusão)

REDE FEMINISTA ANTICARCERÁRIA DA AMÉRICA LATINA		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2019	Argentina, Brasil, Chile, Equador e México (FEMINISTAS ANTICARCELARIAS, 2020).	Rede Transnacional
REDE FEMINISTA DE SAÚDE DAS MULHERES LATINO-AMERICANAS E DO CARIBE (RSMLAC)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
1984	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Porto Rico, República Dominicana, Suriname e Uruguai (RSMLAC, 2020).	Rede Transnacional Coalizão Transnacional
REDE LATINO-AMERICANA DE MULHERES DEFENSORAS DE DIREITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
2005	Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras Peru e Uruguai (RED MUJERES DEFENSORAS, 2021).	Rede Transnacional Coalizão Transnacional
REDE LATINO-AMERICANA DE MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA (REMTE)		
SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	CATEGORIA(S)
1997	Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, México, Nicarágua, Peru e Venezuela (CABEZAS, 2014).	Rede Transnacional

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

3. UMA OBSERVAÇÃO PROFUNDA PELAS LENTES DA EDUCAÇÃO: O TRABALHO DA REPEM LAC

Um olhar mais profundo para as redes feministas transnacionais na América Latina é apenas uma das diversas possibilidades de visualizar de onde partem os seus trabalhos, bem como de identificar quais foram os espaços conquistados através de suas articulações. Será destacada aqui a atuação da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe, que após a EFLAC, é considerada a forma de ação coletiva mais antiga da região. Além do seu período de existência, destaca-se o seu trabalho a partir da educação, considerado um instrumento essencial para a transformação de sociedades a partir das bases.

Completando 40 anos de atuação em 2021, a história das mulheres associadas à REPEM LAC é marcada pelo lema "por uma educação digna, inclusiva e permanente para mulheres e meninas da América Latina e do Caribe" (REPEM, 2021a). O projeto voltado para a promoção de uma educação popular feminista foi criado em 1981 por ativistas de movimentos sociais de diversos países da América Latina e Caribe. O trabalho iniciado na década de 80 era mais voltado para a criação de um movimento popular de ação educacional, sendo desenvolvido através do Conselho de Educação de Pessoas Adultas da América Latina (REPEM, 2019). No final da década, a perspectiva dos feminismos foi amplamente aderida, permitindo que a ação coletiva fosse além dos espaços de debate entre mulheres, alcançado esferas estaduais e governamentais para a tomada de decisão.

Desde então, a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe tem se consolidado nas esferas transnacionais. Com a intersecção entre temáticas de gênero e educação, buscam criar alianças entre mulheres e organizações dos países latino-americanos e caribenhos, para promover o desenvolvimento estratégico, o fortalecimento de lutas e das capacidades de seus membros, e, principalmente, a mudança social. O trabalho centrado na educação popular feminista não restringe o impacto da REPEM apenas no âmbito educacional. A adoção dessa metodologia, como salienta a própria organização, promove mudanças na superação de sistemas patriarcais de opressão, nas transformações econômicas e no meio ambiente, e na promoção da justiça social. Especialmente na última década, a REPEM,

> [...] Tem enfatizado seu trabalho em estratégias de formação e produção de conhecimento para a emancipação das mulheres que deem visibilidade à educação popular feminista, fazendo com que todas as ações da Rede se tornem espaços de aprendizagem e deixem um equilíbrio pedagógico; promovam processos educativos para a igualdade e equidade de gênero e o exercício da cidadania, os direitos humanos e a participação política, social, econômica e cultural da mulher e a defesa da terra e do território (2019, online, *tradução da autora*).

Como características de uma Organização Não-Governamental Transnacional, a Rede possui um arranjo próprio. A REPEM possui uma equipe bem estruturada, eleita a partir de assembleias, que coordena as maiores estratégias de trabalho em nível regional, dividida em Coordenadoria Geral e Comitê Diretivo, o qual é composto por representantes de diversos países. Todavia, suas afiliadas – organizações ou mulheres associadas – são autônomas, sendo livres para definir coletivamente quais ações serão desempenhadas para fortalecer o trabalho da rede. Percebe-se, portanto, que apesar da estrutura organizacional estar presente e possuir um certo nível de formalidade, a REPEM, assim como outras redes feministas transnacionais, não costumam estabelecer relações de trabalho e organização estrutural aos moldes tradicionalistas de OIs ou outras ONGs (ARCOVERDE, 2017). Existe, sim, uma estrutura que a organiza, mas a liberdade oferecida às associadas acerca das ações ou participação em outras organizações potencializam o poder de impacto da REPEM LAC. O quadro abaixo apresenta algumas das organizações regionais associadas.

QUADRO 4 – ASSOCIAÇÕES VINCULADAS À REPEM LAC

(continua)

PAÍS	**ASSOCIAÇÕES**
Argentina	Asociación Civil Taller Permanente de la Mujer Red de Mujeres de la Matanza Servicio a la Acción Popular
Bolívia	Instituto de Formación Femenina Integral Colectivo Rebeldía Coordinadora de la Mujer
Brasil	Assessoria & Planejamento para o Desenvolvimento Instituto da Mulher Negra – Geledés Associação Mulheres pela Paz
Chile	Fundación Instituto de la Mujer Colectivo Conspirando Observatorio De Género y Equidad
Colômbia	Corporación de Apoyo a Comunidades Populares Fundación de Desarrollo Comunitario Asociación de Mujeres Portadoras de Paz
Costa Rica	Asociación Alianza de Mujeres Costarricenses
Cuba	Fundación Antonio Núñez Jiménez Federación de Mujeres Cubanas
Equador	Centro Ecuatoriano de Desarrollo de Estudios Alternativos Acción Ciudadana por la Democracia y el Desarrollo Ac Democracia Coalición Nacional de Mujeres del Ecuador
El Salvador	Asociación de Mujeres por la Dignidad y la Vida las Dignas Colectiva Feminista para el Desarrollo Local Asociación Mujeres Transformando Mt
Guatemala	Organización de Mujeres Tierra Viva Instituto Universitario de la Mujer Universidad de San Carlos Asociación Raxch Och' Oxlaju
México	Grupo de Educación Popular con Mujeres Defensa Juridica y Educación para las Mujeres – “Vereda Themis” Ciudadanas en Movimiento por la Democracia y Ciudadanía

QUADRO 4 – ASSOCIAÇÕES VINCULADAS À REPEM LAC

(conclusão)

Nicarágua	Movimiento Autónomo de Mujeres
Panamá	Centro de Estudios y Acción Social Panameño Ceaspa
Paraguai	Centro de Educación, Capacitación y Tecnología Campesina
Peru	Centro de Estudios Sociales y Publicaciones Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán Movimiento Manuela Ramos
República Dominicana	Centro de Investigación para la Acción Femenina Centro de Solidaridad para el Desarrollo de la Mujer Asociación Tú, Mujer, Inc Tú, Mujer
Uruguai	Instituto de Promoción Económico Social del Uruguay Red de Grupos de Mujeres Rurales de Uruguay Colectiva Mujeres
Venezuela	Centro de Estudios de la Mujer – Universidad Central de Venezuela Circulos Populares Merida Escuela de Tejidos La Chamarra

Fonte: Elaborado pela autora (2021) – Adaptado de REPEM (2021a)

Para além dessas organizações, grupos de estudos ou associadas individuais, a Rede de Educação Popular recebe o apoio da DVV Internacional, uma associação alemã que busca promover educação para todas as pessoas do globo, e do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (REPEM, 2019). Caracterizada como uma entidade sem fins lucrativos, tais estratégias de cooperação internacional contribuem para o fortalecimento institucional da REPEM. No contexto atual, o suporte destas agências ou de entidades semelhantes têm sido uma exceção, o que reforça tentativas de enfraquecimento de movimentos que representam grupos marginalizados.

A presença construída ao longo das últimas quatro décadas através da REPEM na América Latina e Caribe serve para demonstrar as diversas possibilidades de impacto e transformação social encontradas nas redes feministas transnacionais. Na criação de alianças que ultrapassam os limites fronteiriços, mulheres e apoiadores criam espaços de intercâmbio para o desenvolvimento de ações conjuntas que contribuem para a valorização de suas histórias individuais e impulsionam conquistas que promovem a emancipação e a equidade.

3.1. Áreas estratégicas de atuação como caminhos para a transformação

As frentes de atuação previamente destacadas (ação educativa, estratégia, processos, capacidades e influência), culminam em áreas estratégicas, que determinam a centralidade dos trabalhos que serão feitos a partir da rede e servem como ferramenta de transformação social. O intuito da REPEM (2021a) é ir além das grandes agendas que incentivam o acesso de mulheres e meninas à educação. Identificando a educação como um agente estratégico, buscam torná-la não apenas acessível, mas também popular, inclusiva e feminista.

Nesse sentido, determinam-se as áreas estratégicas: a gestão do conhecimento, que garanta um acesso inclusivo e não discriminatório à educação de todas e todos; incidência política e social, promovendo a igualdade de gênero e o direito à educação; ações de comunicação, para impulsionar a democratização da comunicação e educação; e o fortalecimento institucional, para estabelecer alianças estratégicas que fortaleçam a rede (REPEM, 2021a). Na prática, estes eixos são observados em cursos gratuitos de capacitação oferecidos pela REPEM, nos boletins de acompanhamento regional, nos livros e informes divulgados.

a) Cursos de capacitação

A centralidade na educação popular reflete, assim como nos feminismos transnacionais, uma aproximação entre a teoria e a prática, incentivando que as pessoas aprendam em conjunto e pensem a sociedade de maneira crítica. Combinar a educação popular com os feminismos é *intercambiar saberes*, sobre diversos tipos de opressões e caminhar em direção a novas formas de transformação (REPEM, 2021b). Os cursos são oferecidos às pessoas e instituições associadas à Rede, mas também a todos os indivíduos que se identificam com as temáticas.

Durante o período de 2020-2021, a Rede de Educação ofereceu três capacitações em modalidade online, o que facilitou significativamente o acesso de participantes de diversos países. Apesar de ser um elemento ainda elitizado, o acesso à internet ou outros meios tecnológicos se tornam aliados das ações feministas, uma vez que conectam participantes de diversos locais, o que poderia ser inviável se feito presencialmente. Através desta conexão em formato virtual, as mulheres são capazes de compartilhar suas diferentes vivências, histórias, formas de pensar e de agir.

O curso “Educação Popular e Feminismos: Uma confluência estratégica em direção à justiça social”, foi desenvolvido em junho e julho de 2020. Com duração de quatro semanas, tinha como objetivos: proporcionar ferramentas conceituais, metodológicas e analíticas que trabalhem a educação popular e os feminismos como correntes do pensamento; pensar em estratégias conjuntas de emancipação e solidariedade entre grupos sociais marginalizados; e promover a construção de uma consciência social ampla (REPEM, 2021b).

Em seguida, o “Ciclo de Webinários Internacionais: Educação para não discriminar em contextos de reação fundamentalista” foi lançado. A proposta dos eventos e da REPEM LAC era a de promover espaços de diálogo que permitissem um avanço na eliminação das diversas formas de discriminação, desigualdade e pobreza vivenciadas por mulheres da

América Latina e Caribe. Entre novembro e dezembro de 2020 foram realizadas quatro mesas de debate (REPEM, 2021b): Informe Regional de 2019 sobre a situação educacional de mulheres e meninas em alguns países da América Latina; Interseccionalidade e educação; Estado laico, educação e Políticas Públicas; e Intercâmbio de Boas Práticas para a Construção de uma Agenda em Educação com Equidade de Gênero. Ativistas de diversas organizações e pesquisadoras compuseram os encontros, dialogando sobre diferentes perspectivas e experiências.

O ano de 2021 foi iniciado com um curso de seis semanas, voltado principalmente para educadoras. Em "Metodologias e Técnicas de Educação Popular Feminista" as participantes tiveram a oportunidade de conhecer a proposta metodológica trabalhada e defendida no âmbito da REPEM. Compreendendo que a corrente de pensamento está em uma fase embrionária, mas em constante crescimento, a capacitação foi centrada na produção coletiva de conhecimento e desenvolvimento político. Nesse sentido, buscou-se criar uma esfera pedagógica capaz de gerar espaços de diálogo e contribuir para a idealização de *uma tradição de educação popular-feminista latino-americana* (REPEM, 2021b).

Participaram deste evento mais de 153 mulheres, de diversas idades, representando treze países[17]. Ministrado pela educadora Ana Felicia Torres, o curso buscou, a partir das narrativas de educadoras populares da América Latina, proporcionar uma reflexão sobre as perspectivas críticas da educação e dos feminismos. Em um documento publicado após a conclusão das atividades, Torres afirmou:

> [...] Este curso investigou os percursos éticos, metodológicos e políticos do corpo feminino como lugar de conhecimento. E a partir daí, assumir o desafio de gerar conhecimento crítico a partir desses corpos decretados imperfeitos e sujos pelo heteropatriarcado capitalista, neoliberal e racista. Mas também a partir dele foi feita a reflexão sobre como produzir conhecimento (LA RED VA, 2021, p. 10, *tradução da autora*).

A possibilidade de capacitação de indivíduos através dos cursos gratuitos fortalece a atuação da REPEM LAC, bem como promove um espaço ativo de debates e compartilhamento entre as participantes. Para além disso, eventos abertos em redes sociais e outros canais de comunicação, a exemplo do Ciclo de Webinários, leva a mensagem da Rede para indivíduos que se interessam pelas temáticas tratadas e que, porventura, ainda não a conheciam.

[17] Segundo a REPEM LAC, as participantes representavam: o Chile (32%), o México (16%), a Costa Rica (9%), a Bolívia (9%), a Guatemala (6%), o Peru (6%), a Colômbia (5%), a República Dominicana (5%), o Equador (4%), a Argentina (3%), o Brasil (2%), a Espanha (2%) e a Venezuela (1%) (LA RED VA, 2021).

b) Boletins de acompanhamento:

Os boletins da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe começaram a ser publicados no ano de 2015 e são produzidos pela equipe editorial da *La Red Va*. Através de publicações periódicas, a REPEM buscava apresentar as novidades acerca do seu trabalho e fazer o acompanhamento de temáticas importantes – centradas nos feminismos e em educação – nas regiões da América Latina e Caribe. Até o primeiro semestre de 2021, foram divulgados 29 boletins.

Em 2015, a temática central de todas as publicações era a análise das metas estabelecidas na IV Conferência Mundial da Mulher de Pequim, que ocorreu em 1995. Vinte anos após o encontro global, a Rede se dedicou a observar quais metas foram alcançadas, quais dificuldades permaneceram e, principalmente, o impacto da reunião na vida de mulheres da América Latina. Nesse sentido, organizaram uma Assembleia Geral Ordinária, que buscava debater as temáticas e organizar uma agenda de atuação crítica. Os avanços foram considerados significativos, mas não se distanciando da noção de que os encontros de mulheres promovidos através da Organização das Nações Unidas seguem por perspectiva feminista global, mantendo presente a fragilidade na criação de soluções para países não-centrais (LA RED VA, 2015b). No mesmo ano, ocorreu o curso virtual "Educação, gênero e cidadania", que incentivava a discussão política e a importância de ações de mobilização em nível regional (LA RED VA, 2015a).

No ano seguinte, os boletins destacavam a 60º Sessão da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW), a participação da REPEM no Fórum Social Mundial (FSM), na Campanha Mundial de Educação e no Fórum da Associação pelos Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID). Neste último, a rede transnacional desempenhou um papel ativo, sendo responsável por duas atividades ao longo da programação. As mesas "Mulheres indígenas latino-americanas: sábias e resistentes" e "Um olhar crítico à solidariedade como conceito e ação" chamaram a atenção do público para temáticas que não costumam ser fundamentais nestes encontros (LA RED VA, 2016).

Ainda em 2016, dois episódios foram considerados centrais para a REPEM LAC: o assassinato da ativista Berta Cárceres e o Acordo de Paz da Colômbia. De acordo com as notas (LA RED VA, 2016), o que ocorreu com Cárceres encaminhou os feminismos latino-americanos para uma nova trajetória, que enfatiza a importância do acesso à justiça e defesa da vida de ativistas. O episódio da Colômbia, do mesmo modo, foi considerado essencial para a

região e acompanhado continuamente, uma vez que o impacto do conflito armado colombiano na vida de muitas mulheres e meninas foi irreparável.

Em 2017, receberam destaque: as manifestações de mulheres em Caracas, na Venezuela, contra o presidente Nicolás Maduro; a crise educacional de Honduras, levada para as ruas por uma massiva mobilização de estudantes, que solicitavam o acesso a uma educação digna; e a descriminalização do aborto – em algumas situações – no Chile, considerado um grandioso passo para a América Latina (LA RED VA, 2017). Em agosto do mesmo ano, o boletim divulgou a abertura de inscrições para o curso virtual sobre indicadores de gênero.

O material publicado em 2018 foi marcado por entrevistas com importantes ativistas e teóricas da América Latina, a exemplo da socióloga peruana Virginia Vargas e da antropóloga argentina Rita Segato. Além disso, foi lançado no boletim o livro "Travessias Pedagógicas na Educação Popular Feminista", organizado por Imeralda Arana e Tita Torres, mostra as metodologias de trabalho adotadas por organizações que compõem a REPEM (LA RED VA, 2018). No ano de 2019, em uma publicação única, foram celebrados os 38 anos da rede através da síntese da obra Travessias Pedagógicas e de reflexões sobre a importância da educação popular (LA RED VA, 2019).

A partir de 2020 cada edição apresentou uma temática central. A primeira delas, lançada em janeiro, comemorou o Dia Internacional da Educação Inclusiva e Equitativa. Foram apresentados os caminhos percorridos pela REPEM em busca da promoção de uma educação de qualidade, digna e inclusiva, além de um debate sobre os dados educacionais da região (LA RED VA, 2020a). Na publicação seguinte, o impacto do coronavírus na vida das mulheres recebeu destaque. Como apresentado ao longo do texto, o período serviu para aprofundar as desigualdades de gênero em meio a diversas crises. O contexto da pandemia contribuiu para o agravamento do número de casos de violência doméstica, reforçou as disparidades na vida de mulheres que estavam no mercado de trabalho e impactou diretamente no acesso à educação, uma vez que o acesso à internet, apesar de aproximar as pessoas, ainda é considerado um item de luxo para muitas famílias (LA RED VA, 2020b).

Em sua quarta edição anual, lançada em junho, foi celebrado o Dia Internacional da Educação Não-Sexista. A data foi estabelecida pelas criadoras da Rede de Educação Popular no momento de sua criação, servindo para refletir sobre o acesso à educação e novas tecnologias, os estereótipos reproduzidos no âmbito escolar e o analfabetismo (LA RED VA, 2020c). Em novembro, o Informe Regional 2019 foi publicado, propondo discussões sobre a situação da educação das mulheres e meninas na América Latina e Caribe. O boletim chamou

atenção para as conquistas das últimas décadas, mas destacou com maior força o descuido na criação de políticas inclusivas e plurais voltadas para questões de gênero (LA RED VA, 2020d).

Por fim, as publicações de 2021 foram lançadas em comemoração aos 40 anos da Rede. Em janeiro, foram publicados artigos sobre os desafios da agenda latino-americana pós-Covid, os processos de educação popular entre mulheres indígenas da Colômbia e o enfoque de gênero na educação da Guatemala (LA RED VA, 2021). A edição comemorativa, publicada em junho, evidenciou o curso de Metodologias e Técnicas de Educação Popular Feminista e celebrou o caminho percorrido pela REPEM LAC ao longo destas quatro décadas.

c) Livros e Informes:

A publicação gratuita de livros produzidos pela REPEM também é uma das principais formas encontradas pela rede de difusão do seu trabalho e conquista de objetivos. Os materiais são feitos em parceria com educadoras, ativistas, membros associados e outras organizações, centrados nas temáticas de educação popular e feminismos latino-americanos e caribenhos. A obra Travessias Pedagógicas, mencionada anteriormente, compõe o conjunto de mais de vinte publicações. Para além dela, outras duas podem ser destacadas: "*Lo cuento otra vez"*, derivado de um concurso de contos, e o Manual para o uso não sexista da linguagem, amplamente difundido em diversos países. Além dos livros, informes sobre a situação educacional de mulheres na América Latina foram publicados em 2019.

Lançado em 1999, o Concurso Latino-Americano de Contos Infantis Não Sexistas foi idealizado para incentivar a construção de espaços de aprendizagem desde os primeiros anos de idade. Através de sua primeira edição foi lançada a obra "*Nos vengan con cuentos"* no ano seguinte, composta por contos escritos por mulheres da América Latina e Caribe. E, em 2019, ocorreu a segunda edição do concurso, aderida por escritoras de 12 países da região, o que culminou no lançamento de "*1, 2, 3... Lo cuento otra vez"*. Os cinco contos publicados nesta edição celebram a criatividade de mulheres, que desafiam em sua escrita os sistemas patriarcais, buscando superá-los através deste modelo de intervenção.

O Manual para o uso não sexista da linguagem foi idealizado de modo a incentivar o uso de linguagens inclusivas nas modalidades oral e escrita, especialmente em instituições públicas. Identificando que uma das principais formas em que se apresentam as desigualdades de gênero é através da língua, desenvolveram o manual para auxiliar indivíduos a se desvincularem da linguagem discriminatória e sexista (REPEM, 2006). A obra lançada em espanhol também foi adaptada para o português nos anos seguintes, sua estrutura de nove capítulos combina aspectos conceituais com sugestões de mudança de expressões comumente

utilizadas. O material foi replicado em diversas esferas, a exemplo do Governo do México, Governo do Rio Grande do Sul, Associação Mulheres pela Paz e Ministério da Igualdade do Governo da Espanha.

Já os Informes Regionais foram uma iniciativa lançada em 2019 para acompanhar os avanços e as dificuldades na implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, principalmente nos pontos mais sensíveis sobre educação e gênero. Nesta primeira edição foram examinados sete países da América Latina[18] sob aspectos da educação inclusiva e igualdade de gênero, a vida das mulheres na região, as políticas públicas sobre gênero e direito à educação. Compreendendo a vulnerabilidade proveniente destes grandes acordos internacionais, a publicação foi intitulada "Não deixar ninguém para trás".

A análise contemplou cinco níveis de avaliação: a gratuidade da educação, Estado e educação laica, analfabetismo, disparidades no acesso à educação primária e secundária, além do tratamento da igualdade de gênero nas políticas públicas. Com relação à educação gratuita, considerada um direito básico e de responsabilidade do Estado, percebeu-se que apenas a Bolívia e o Uruguai garantiam gratuidade até o ensino superior, enquanto nos outros o auxílio terminava no ensino médio. O Chile, por sua vez, se destacou por um sistema educacional altamente segregado, uma vez que a educação gratuita só é oferecida até os seis anos iniciais da educação primária (REPEM, 2020d).

Na segunda esfera, percebeu-se que todos os países, exceto a Costa Rica e o Peru, classificam sua educação como laica. Sobre níveis de analfabetismo, a Bolívia e o Peru se destacaram negativamente, especialmente entre mulheres, enquanto o Uruguai possuía a taxa mais baixa entre todos os Estados observados. O esforço das famílias em colocarem seus filhos e filhas nas escolas em idade adequada foi notado em uma quase universalização no acesso à educação primária em todos os países. E, por fim, as políticas públicas ainda são consideradas frágeis, principalmente na avaliação de resultados alcançados. Os únicos países que não possuem programas específicos sobre gênero são a Colômbia e a Costa Rica (REPEM, 2020d).

O acesso a essas informações contribui para a compreensão da atualidade, servindo como referência para governos, instituições de ensino e população em geral. A REPEM (2020d) encerra sua análise fazendo uma série de sugestões: a criação de alianças com ONGs e grupos sociais com o objetivo de analisar as inequidades de gênero em várias dimensões, o incentivo aos governos e instituições escolares para que trabalhem na eliminação completa de práticas sexistas e desenvolvimento de estratégias que estimulem a participação de familiares na vida

[18] Países contemplados na análise: Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Uruguai.

escolar. Tais indicações sugerem que um longo caminho ainda deve ser percorrido para que, enfim, ninguém seja deixada para trás.

3.2. O impacto da rede

No decorrer das duas últimas décadas, a Rede de Educação Popular teve que ser reinventada e adaptada. Além das estratégias aplicadas nos cursos, na divulgação de boletins, livros e informes, a REPEM LAC passou a marcar sua presença em atividades de incidência política nos grupos nacionais, em nível regional e também internacional. Nesse sentido, suas representantes participavam, acompanhavam e monitoravam encontros e fóruns da Organização das Nações Unidas – a exemplo da Conferência de Durban e das Sessões da CSW –, das Conferências da CEPAL e das edições do Fórum Social Mundial (SÁENZ, 2011).

Indo além, a consolidação do trabalho da Rede garantiu status importantes como representante regional de mulheres e meninas da América Latina e Caribe. Ainda na celebração de 30 anos de existência (SÁENZ, 2011), a ação coletiva já estava presente na rede de mulheres DAWN, nas Oficinas de Gestão sobre Gênero do Conselho Internacional para a Educação Adulta (ICAE), possuía status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e, ainda, era sócia estratégica do Programa Regional Cidades Seguras do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Em especial, o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 10 anos, através das áreas anteriormente destacadas, enfatiza o impacto da REPEM em questões de gestão de conhecimento, incidência política e social. Buscando promover a educação popular feminista, a rede transnacional tem sido exitosa em levar a temática para autoridades políticas, escolas e universidades, para os diversos espaços de produção de políticas públicas e de material pedagógico, e para os grandes encontros de Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais.

Não obstante, os desafios enfrentados no contexto atual são relevantes. Observando estritamente o recorte regional, as dificuldades partem desde a ascensão de governos de direita e extrema direita ao longo dos últimos anos, do surgimento de grupos fundamentalistas e do agravamento de uma crise econômica, social e sanitária desde o início da pandemia da Covid-19 (REPEM, 2020c). Encontra-se, nas capacidades da própria rede, a superação dessas adversidades. Na união entre participantes individuais e as mais de 100 organizações afiliadas, a Rede de Educação Popular mantém o seu espaço e destaca a importância das conexões que vão além das fronteiras. O seu impacto é visto, portanto, no fortalecimento de alianças e conscientização da população em geral sobre grupos extremistas, na busca de diálogo com

governos para que temáticas de gênero e educação tornem-se centrais na formulação de políticas públicas ou nas ações de ajuda aos grupos mais impactados pela pandemia.

Para além disso, a participação da REPEM em organismos como a ONU ou CEPAL, não faz com que a ação coletiva perca sua característica essencial de contraposição aos mecanismos hegemônicos e deve ser observada como umas das possibilidades de impacto da rede transnacional. Estar presente nos fóruns internacionais de debate, reuniões ou assumir caráter consultivo em grandes organizações internacionais também é uma forma de resistência, de levar as demandas de grupos mais marginalizados para as grandes esferas de poder e tomada de decisão. Em contraposição aos feminismos globais ou internacionais, a perspectiva feminista transnacional coloca luz sobre diversas vozes, histórias e lutas, destacando que estratégias homogêneas não são adequadas para a construção de sociedades equitativas. Um trabalho que, em meio a desafios, vem sendo concretizado pela Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe.

Durante os 40 anos de existência, as estratégias de incidência da Rede contribuíram para a superação de dificuldades, opressões, reivindicação de espaços e criação de laços entre mulheres diversas da América Latina e Caribe. Um olhar profundo para uma rede como essa serve para destacar a lógica dos feminismos latino-americanos em uma perspectiva transnacional. Na tentativa de construir um espaço de ativismo e teoria, com bases decoloniais, anti-hegemônicas e interseccionais, as mulheres são capazes de ocupar locais comumente negados a elas, compartilhar vivências e se unir em estratégias que promovam a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os feminismos transnacionais são responsáveis por demonstrar o impacto negativo de fenômenos como o capitalismo e a globalização na vida de mulheres e outros grupos considerados subalternos. Não se trata da criação de um sentimento em "comum" ou de uma irmandade compartilhada, mas sim da valorização de vozes que por tanto tempo foram silenciadas e da luta por direitos que, do mesmo modo, foram negados ao longo de vários séculos. Um movimento que combina a teoria e ativismo parte da singularidade de suas participantes, para promover a mudança e conexão nas sociedades, seja no campo doméstico, regional ou até internacional. Como destacam Swarr e Nagar (2010), "entrelaçar teorias e práticas de produção de conhecimento por meio de diálogos colaborativos fornece uma maneira de repensar radicalmente as abordagens existentes de subalternidade, voz, autoria e representação" (p. 2, *tradução da autora*).

A América Latina se destacou por suas correntes de insurgência, que se negavam a adotar uma luta elitista e liberal. Com o passar dos anos, os feminismos foram adotados por mulheres latinas, a partir de perspectivas interseccionais, mulheristas e transnacionais, incluindo na luta participantes que não se sentiam representadas anteriormente. O movimento feminista na região passou por períodos ditatoriais, de redemocratização, da ascensão de governos progressistas e de esquerda e, atualmente, está imerso nos desafios trazidos pelo avanço de grupos autoritários e governos de direita. Na tentativa da criação de sua identidade feminista regional, muitas participantes passaram a se unir através das margens, articulando seus trabalhos em redes transnacionais, que incentivam a colaboração entre mulheres de dois ou mais países, de modo a unir forças e construir ações mais sólidas.

Ao mesmo tempo, é importante chamar a atenção para grupos que não estão localizados em países do Sul Global. Trabalhar o feminismo, destacando sua abrangência em países ou regiões comumente marginalizadas não significa que naqueles centrais, do Norte Global, não existam situações de opressão semelhantes para grupos menos privilegiados. Do mesmo modo que as perspectivas do feminismo global podem impactar negativamente mulheres da América Latina, Ásia e África, aquelas que vivem na Europa ou América do Norte e não se encaixam em um padrão heteronormativo, branco e de classe média-alta também sofrem as consequências. Observar este outro lado da esfera não foi o objetivo deste trabalho, mas uma análise semelhante poderia ser feita de modo a compreender essas relações em uma localidade distinta.

Em vista disso, o diálogo Norte-Sul ou entre as ditas periferias e países desenvolvidos pode ser, sim, benéfico. Não no sentido de enquadrar as vivências de cada uma dessas mulheres, mas no de valorizar as individualidades e utilizá-las para fortalecimento do próprio movimento feminista. A globalização e o capitalismo enfraquecem diretamente qualquer pessoa que não se encaixe nos padrões determinados por uma sociedade ainda masculinizada e fundamentada no patriarcado. Logo, é desnecessário obrigar que agendas sejam defendidas de uma forma específica, estritamente conectadas a um conjunto de ações definidas por grandes organizações ou corporações. Se trata de respeitar as diferenças, conviver com elas e ajudar, ainda mais, aquelas que são ainda mais oprimidas por essa estrutura hegemônica, capitalista e patriarcal.

Como resistência ao sistema vigente, surgem as redes ou ações feministas transnacionais. As duas nomenclaturas comportam uma série de variedades em si mesmas, partindo desde os seus níveis de mobilização até as ações desenvolvidas. Apesar das características de enquadramento propostas por Khagram, Riker e Sikkink (2002), foi percebido que grande parte das redes feministas na América Latina são capazes de se organizar de diversas maneiras, agregando em si atributos de diversas categorias. Assim como as características de pluralidade encontradas no transnacionalismo, as ações feministas não se restringem aos limites impostos por definições teóricas.

O mapeamento aqui apresentado, por exemplo, contemplou 15 redes feministas transnacionais ativas na região latino-americana, que trabalham temáticas sobre economia, educação, *advocacy*, meio ambiente, saúde, etc, e são compostos por membros individuais e organizações nacionais. Tais particularidades acerca das categorias estabelecidas pelos autores anteriores são percebidas nos níveis de mobilização de cada uma delas. Apesar de se organizarem em esferas extraoficiais e vivenciarem diversos desafios impostos por grupos mais poderosos, que tentam diminuir o seu trabalho, a maior parte delas possui um nível mais formal de articulação. Desenvolvendo ações distintas, que partem desde a troca de informações até a mobilização articulada.

Essa formalidade das ações feministas transnacionais, no entanto, possui qualidades próprias. Grupos que possuem uma estrutura organizacional mais fortalecida, a exemplo da REPEM e CLADEM, não se restringem a uma hierarquia estrita, atribuindo a liberdade de trabalho e definição de ações para as outras participantes. Assim, possuem uma estrutura que organiza suas tarefas, mas abrem espaço para perspectivas distintas propostas por aquelas que, porventura, não participam dos comitês diretivos ou presidência.

O trabalho da Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe, desenvolvido ao longo de 40 anos, serve como um grande exemplo do impacto que pode ser

impulsionado através das ações coletivas. Na busca por promover uma educação popular feminista, a Rede foi capaz de congregar mais de 100 participantes – entre associadas individuais e organizações –, promovendo capacitações gratuitas e participando ativamente de reuniões em grandes Organizações Internacionais. Ao definirem suas atividades em áreas estratégicas, representando mulheres diversas nos seus encontros, livros e cursos, a REPEM LAC foi exitosa em propor debates em grandes esferas de tomada de decisão, acabando por influenciar o surgimento de novas estratégias de ação em nível regional, a exemplo da implementação do Manual para o uso não sexista da linguagem em grandes instituições.

Em suma, através dos apontamentos aqui levantados é possível compreender que abraçar a pluralidade e a individualidade são passos essenciais nos feminismos. Reconhecer a trajetória histórica, as vivências de mulheres e observar o contexto em que elas estão inseridas contribui diretamente para a formulação de agendas mais fortalecidas e inclusivas, que garantam direitos e a conquista da equidade. Não se trata de seguir o “passo a passo” de uma agenda feminista tradicional, mas de romper barreiras geográficas e neutralizar tentativas de homogeneidade, construindo pontes que permitam ir além dos limites nacionais e que promovam a mudança social.

REFERÊNCIAS

AFM. **Carta de principios de la Articulación Feminista Marcosur.** 2021. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur-afm.org/carta-de-principios-de-la-articulacion-feminista-marcosur/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

_____. **Qué Somos.** 2016. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur-afm.org/que-somos/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminist genealogies, Colonial legacies, Democratic futures**. New York: Routledge, 1997.

ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: The Latin American Feminist NGO "Boom". **International Feminist Journal of Politics**, v. 1, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/146167499359880>. Acesso em: 1 jun. 2021.

_____. Feminismos Latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265, jan. 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008/11293>. Acesso em: 07 dez. 2020.

_____. Translating the Global Effects of Transnational Organizing on Local Feminist Discourses and Practices in Latin America. **Meridians**, v. 1, n. 1, p. 29-67, 2000. Disponível em: < https://www.jstor.org/stable/40338427>. Acesso em: 19 dez. 2020.

_____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 533-540, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200012>. Acesso em: 07 dez. 2020.

ALVAREZ, Sonia E. *et al*. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200013>. Acesso em: 07 dez. 2020.

ARCOVERDE, Mariana T. B. **A defesa transnacional dos direitos humanos das mulheres latino-americanas por redes feministas regionais:** Um estudo de caso à luz da interseccionalidade. Orientador: Prof. Dr. Jayme Benvenuto Lima Júnior. 184 p. Tese (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/25616/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Mariana%20Torre%c3%a3o%20Brito%20Arcoverde.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2020.

ARF. **Metodología.** 2020. Disponível em: <http://www.articulacionfeminista.org/a/APP003/28/32>. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. **Quienes somos.** 2021. Disponível em: <http://www.articulacionfeminista.org/a/APP003/14/14>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Mercosul suspende Venezuela por "ruptura da ordem democrática".** Notícia, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/4iDVg>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRIGGS, Laura. Transnational. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary. **The Oxford Handbook of Feminist Theory.** 1. ed. Nova Iorque: 2016. cap. 48, p. 991-1009.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, v. 21, n.

53, p. 267-286, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200006>. Acesso em 07 abr. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABEZAS, Almudena. Transnational Feminist Networks Building Regions in Latin America. **Latin American Policy**, v. 5, n.2. p. 207-220, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/lamp.12052>. Acesso em: 3 jan. 2021.

CAROSIO, Alba. Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe. *In:* VALDIVIESO, Magdalena *et al*. **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe.** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

CARVALHO, Lizia de O.; DIAS, Luciana de O. Contribuições dos Feminismos Negros Brasileiros aos Feminismos Transnacionais. **Humanidades & Inovação**, v. 6, ed. 16, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1834>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CFEMEA. **Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos (1985).** 2021. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=3_o_eflac_bertioga_sp>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CLADEM. **Dónde Estamos.** 2021a. Disponível em: <https://cladem.org/donde-estamos/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

_____. **Estrategias de Acción – Formación.** 2021b. Disponível em: <https://cladem.org/formacion/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

_____. **Estrategias de Acción – Litigio.** 2021c. Disponível em: <https://cladem.org/litigio/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

_____. **Estrategias de Acción – Monitoreo.** 2021d. Disponível em: <https://cladem.org/monitoreo/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

_____. **Historia y Misión.** 2021e. Disponível em: <https://cladem.org/nosotras/#vision-mision>. Acesso em: 3 jan. 2021.

_____. **Informe Brasil: Gênero e Educação.** 2020. Disponível em: <https://cladem.org/biblioteca/informe-brasil-genero-e-educacao/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJJLm9KH6tC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 04 jun. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 fev. 2021.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el Feminismo: Una perspectiva desde América Latina y el Caribe.** Universidad Nacional de Colombia: 2009. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/75231>. Acesso em: 2 jan. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMPSEY, Sarah E.; PARKER, Patricia S.; KRONE, Kathleen J. Navigating Socio-Spatial Difference, Constructing Counter-Space: Insights from Transnational Feminist Praxis, **Journal of International and Intercultural Communication**, 4:3, 201-220, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17513057.2011.569973>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DÍAZ ALBA, Carmen Leticia. La Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía: construir puentes entre la justicia económica y la equidad de género. **La ventana**, Guadalajara, v. 3, n. 26, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362007000200070&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** 2nd ed., University of California Press, 2014.

ENNS, Carolyn Z.; DÍAZ, Lillian C.; DAVIS, Thema B. Transnational Feminist Theory and Practice: An Introduction. **Women & Therapy**, v. 44, Issue 1-2, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02703149.2020.1774997>. Acesso em: 03 jan. 2021.

FEMINISTAS ANTICARCELARIAS. **Nosotras.** 2021. Disponível em: <https://feministasanticarcelarias.org/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Nuestra História.** 2020. Disponível em: <https://feministasanticarcelarias.org/?page_id=338>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FERNANDES, Leela. **Transnational Feminism in the United States: Knowledge, Ethics, Power.** New York: NYU Press, 2013.

FMM-Brasil. **Fórum Mulheres Mercosul Brasil – Sobre.** Facebook: 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/ForumMulheresMercosul.CapituloBrasil/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

FMS. **Nosotras.** 2021a. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur.org/nosotras/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Programas.** 2021b. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur.org/programas/vivas-nos-queremos/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Transformando Realidades.** 2021c. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur.org/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FREEDMAN, Estelle. **No Turning Back: The History of Feminism and the Future of Women.** 1. ed. [S. l.]: Ballantine Books, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GALVANI, G. **"O estuprador é você": música feminista contra violência percorre o mundo**. Carta Capital, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contra-violencia-percorre-o-mundo/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 12, n. 28, p. 17-34, jun. 2007. Disponível em: <http://mapuche.info/wps_pdf/gargallo160308b.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GOBIERNO DE ARGENTINA. **Lei nº 27.610, de 3 de fevereiro de 2021.** Acceso a la interrupción voluntaria del embarazo. Boletín Oficial: Legislación y Avisos Oficiales - Primera Sessión, Argentina, n. 34.562, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/239807/20210115>. Acesso em: 3 fev. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GREWAL, Inderpal; KAPLAN, Caren. **An Introduction to Women's Studies: Gender in a Transnational World**. 2. ed.: McGraw-Hill, 2006.

_____. **Scattered Hegemonies: Postmodernity and Transnational Feminist Practices.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais.** Tradução: Cristina. Soreanu Pecequilo. 2.ed., Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100012/10991>. Acesso em: 07 mar. 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IELA – UFSC: Instituto de Estudos Latino-Americanos. **Abya Yala.** 2015. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/povos-origin%C3%A1rios/abya-yala>. Acesso em: 13 jun. 2021.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics.** Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James; SIKKINK Kathryn. **Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks and Norms.** Vol 14. University of Minnesota Press, 2002.

KOROL, Claudia. La educación popular como creación colectiva de saberes y de haceres. *In:* KOROL, Claudia; CASTRO, Gloria C. (comp.). **Feminismos populares: Pedagogías y políticas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Chirimbote - America Libre, 2016.

LA RED VA. **¡40 Años de La REPEM LAC! Los celebramos con una agenda dedicada a las mujeres y niñas de Latinoamérica y el Caribe.** 2021. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2021>. Acesso em 07 jun. 2021.

_____. **38 años de la REPEM.** 2019. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2019>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. **Día Internacional de la Educación (Educación Inclusiva Equitativa).** 2020a. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2020>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. **Diplomado Educación, género e ciudadanía.** 2015a. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2015>. Acesso em 07 jun. 2021.

_____. **El coronavirus y su impacto en la vida de las mujeres.** 2020b. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2020>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. **Especial: 21 de Junio – Día Internacional de la Educación no Sexista.** 2020c. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2020>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. **Febrero – Diciembre.** 2016. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2016>. Acesso em 07 jun. 2021.

_____. **Informe Regional 2019 sobre la situación educativa de las mujeres y niñas.** 2020d. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2020>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. **Junio – Diciembre.** 2017. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2017>. Acesso em 07 jun. 2021.

_____. **Los DDHH en su peor momento.** 2018. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2018>. Acesso em 07 jun. 2021.

_____. **Más allá de Beijing +20.** 2015b. <https://www.repem.org/index.php/publicaciones/tip?dato=1&year=2015>. Acesso em 07 jun. 2021.

LA SEXTA. **Letra y baile de "Un violador en tu camino", el himno contra el machismo que recorre el mundo.** 2019. Disponível em: <https://www.lasexta.com/noticias/sociedad/un-violador-en-tu-camino_201912085decdd020cf2203004e7ea6e.html>. Acesso em: 12 jun. 2021.

LAO-MONTES, A.; BUGGS, M. Translocal space of Afro-Latinidad: Critical Feminist Visisions for Diasporic Bridge-Building. In: ALVAREZ et al. **Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/A Américas. 1** ed. Duke University Press, 2014.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da *advocacy*. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, v. 8, ed. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11936/11202>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. *et. al*. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em Abya Yala.** Editoria, Universidad del Cauca, 2014.

MOGHADAM, Valentine M. **Globalizing Women: Transnational Feminist Networks.** Baltimore: JHU Press, 2005.

_____. Transnational feminisms. In: LEE, Janet; SHAW, Susan (Eds.). **Women worldwide: Transnational feminist perspectives on women.** Nova Iorque: McGraw-Hill, 2010.

MUNDOSUR. **Manifiesto Latinoamericano Contra las Violencias de Género, Femicidios/Feminicidios y los Trans/Travesticidios.** América Latina, 16 jun. 2020b. Disponível em: <https://mundosur.org/wp-content/uploads/2020/06/Manifiesto-Latinoamericano.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Construyendo puentes en tiempos de muros.** 2020a. Disponível em: <https://mundosur.org/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____. **Red Latinoamericana contra la Violencia de Género.** 2021. Disponível em: <https://mundosur.org/red-latinoamericana/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

NI UNA MENOS. **Carta Orgánica.** 2017. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/quienes-somos/carta-organica/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

O LIVRO DO FEMINISMO. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

O'DONNELL, Rachel. **Transnational Feminist Activism in Latin America and Beyond. Alliance for Sustainable Communities.** [S. l.], Activism & Advocacy, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.sustainlv.org/transnational-feminist-activism-in-latin-america-and-beyond/>. Acesso em: 4 jan. 2021.

PEDRO, Joana Maria; BARLETTO, Marisa. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, v. 7, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/31863>. Acesso em 04 jun. 2021.

PETERSON, Spike V.; RUNYAN, Anne S. **Global Gender Issues – Dillemas in World Politics.** Colorado: Westview Press, 1999.

_____. **Global gender issues in the new millennium.** 4. Ed. Westview Press: 2014.

PLANETA ELLA**. Nossa História.** 2020. Disponível em: <https://planetaella.org/nossa-historia/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

_____**. Quem Somos.** 2021. Disponível em: <https://planetaella.org/quem-somos/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/b6yM0 >. Acesso em: 07 jan. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Eduardo (org**.) A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RED DE MUJERES DEFENSORAS. **Nosotras.** 2021. Disponível em: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

REPEM. **Conócenos.** 2021a. Disponível em: <http://www.repem.org/index.php/somos>. Acesso em: 5 jan. 2021.

_____. **Interaprendizaje.** 2021b. Disponível em: <http://www.interaprendizaje.repem.org/>. Acesso em: 5 ju. 2021.

_____. **Manual para el uso no sexista del lenguaje.** Biblioteca CLADEM, 2006. Disponível em: <https://cladem.org/biblioteca/manual-uso-no-sexista-lenguaje/>. Acesso em 03 abr. 2021.

_____. **Nuestra Historia.** 2019. Disponível em: <https://www.repem.org/index.php/larepem>. Acesso em: 5 jan. 2021.

RMAAD. **Áreas de Trabajo.** 2018a. Disponível em: <http://www.mujeresafro.org/sobre-nosotras/nuestra-historia/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Nuestra Historia.** 2018b. Disponível em: <http://www.mujeresafro.org/sobre-nosotras/nuestra-historia/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

RSMLAC. **Líneas Estratégicas.** 2021. Disponível em: <https://www.reddesalud.org/es/lineas-estrategicas>. Acesso em: 13 jun. 2021.

_____. **Nuestra Historia.** 2020. Disponível em: <https://www.reddesalud.org/es/nuestra-historia>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SÁENZ, Imealda Arana. **La Educación Popular feminista en red: 30 años de la Red de Educación Popular entre Mujeres.** 2011. Disponível em: <https:// repem.org/archivos/novedades/LaEducacinPopularfeministaenred30aos_25.pdf>. Acesso em 03 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo, Editora Cortez, 2010.

SOUZA, Natália Maria Félix de. When the Body Speaks (to) the Political: Feminist Activism in Latin America and the Quest for Alternative Democratic Futures. **Contexto internacional,** Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 89-112, Abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019410100005>. Acesso em: 05 jan. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Diasporas old and new: Women in the transnational world. **Textual Practice**, v. 10, Issue: 2, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502369608582246>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SWARR, Amanda Lock; NAGAR, Richa (ed.). **Critical transnational feminist praxis**: Praxis - Theory in Action. 1. ed. Albany: State University of New York Press, 2010.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era.** New York, Columbia University Press: 2001.

TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (ed.). **International Relations Theories: Discipline and Diversity.** 3. ed. Reino Unido: Oxford University Press, 2013.

VARGAS, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio. (Una lectura político personal). In: Mato D (ed.) **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder.** Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 307-316, 2002.

_____. The Feminist Movement in Latin America: Between Hope and Disenchantment. **Development and Change**, v. 23, issue 3, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.1992.tb00462.x>. Acesso em: 7 mai. 2021.

VIVA HISTÓRIA. **EFLAC – Encuentros Feministas de Latinoamérica y el Caribe.** 2021. Disponível em: <https://www.vivahistoria.org/eflac>. Acesso em: 11 jun. 2021.

WALKER, Alice. **In Search of Our Mothers' Gardens.** New York, Harcourt, Brace Jovanovich, 1983.